

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A Perceção da Polarização Política dos Media em Portugal

Inês Alexandra de Albuquerque Quintão de Freitas Leal

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Ramo Media e Jornalismo

Orientadora:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

A Perceção da Polarização Política dos Media em Portugal

Inês Alexandra de Albuquerque Quintão de Freitas Leal

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Ramo Media e Jornalismo

Orientadora:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022

AGRADECIMENTOS

“O meu coração não se cansa de ter esperança de um dia ser tudo o que quer.”

Caetano Veloso disse-o antes de eu poder sequer senti-lo. Com estas palavras que me guiam, há tantos anos, em todas as minhas aventuras, termino mais uma, no culminar daqueles que foram provavelmente os anos mais desafiantes da minha – curta – vida.

Antes de qualquer outro agradecimento, a primeira palavra segue para a Professora Cláudia, que desde o primeiro dia me cativou, me motivou e que me apoiou nas ideias que tive, tornando-as sempre melhores. Não posso deixar de agradecer também pela paciência e pela mão que nunca deixou de me estender, mesmo quando não me foi fácil trabalhar nesta dissertação.

À minha irmã e minha melhor amiga no mundo inteiro, Joana, que se sentou ao meu lado enquanto eu trabalhava, que não me deixou desistir e que soube sempre o que dizer, ou deixar por ser dito.

À minha mãe, Isabel, e ao Vítor, por me darem sempre força e possibilidade de seguir os meus sonhos.

Ao meu pai, Rodrigo, pelas conversas para esparecer do estudo.

Às minhas avós, Maria da Nazaré, que me guarda todos os dias na estrela onde habita e que será sempre o meu anjo da guarda, e Maria Ivone, que me apoiou em todas as minhas investidas académicas sem hesitar e com o coração cheio de orgulho.

Aos meus melhores amigos, Gonçalo e Sílvia, pela compreensão nos jantares adiados, telefonemas não atendidos, pelos desabafos, pelos conselhos, pela força e pelos dez anos de paciência com alguém que nem sempre é a pessoa mais paciente.

Aos meus amigos para esta vida e para a próxima, Vanessa, Sofia e Marcelo, por acreditarem em mim quando virei a minha vida do avesso e por toda a amizade que espero conseguir retribuir como merecem.

RESUMO

Com a expansão dos media e o aumento progressivo do seu consumo, resultante do desenvolvimento da democracia e da tardia liberdade de imprensa, importa perceber a relação entre a população portuguesa e os diferentes meios de comunicação e de que forma são percecionados. Adicionalmente, considerando o contexto político vivido em Portugal, parece-nos relevante estudar o entendimento dos portugueses relativamente à polarização política dos media ao nível nacional.

O enquadramento conceptual que serve de ponto de partida ao estudo é o do modelo pluralista polarizado de Hallin e Mancini (2004), sendo relevante indagar da sua adequabilidade à perceção tida sobre a polarização política dos media em Portugal. O presente estudo pretende acrescentar conhecimento ao tema através da análise da perceção das representações da polarização política nacional nos media. Procurou-se cruzar estas perceções com as variáveis sociodemográficas distintivas de uma amostra não-probabilística. Recorreu-se à análise de conteúdo tipológica comparativa para analisar as entrevistas realizadas a 16 adultos, com diferentes idades e níveis de escolaridade, estabelecendo, quando possível, correlações enriquecedoras para futuros estudos dentro deste tema.

A conclusão mais relevante retirada desta pesquisa é a de que a resposta à questão colocada inicialmente é incerta, uma vez que as perceções dos entrevistados se dividem entre a existência e a inexistência de polarização política nos media. Por outro lado, a análise não revelou correlações significativas entre as perceções e o perfil sociodemográfico dos participantes. Salientamos que nas entrevistas se identifica a existência de fenómenos de polarização política à direita, mas não à esquerda.

Palavras-chave: literacia mediática; polarização política; media; modelo mediterrânico; pluralismo político

ABSTRACT

With the expansion of the media and progressive increase of its consumption, resulting from democracy's development and late freedom of press, it is important to understand the relationship between the Portuguese population and the different media and how it is perceived. Additionally, considering the political context experienced in Portugal, it seems relevant to study the understanding of the Portuguese regarding national media's political polarization.

The conceptual framework serving as a starting point for the study is Hallin and Mancini's (2004) polarized pluralist model, aiming to inquire into the continued relevance of this model as regards the current perception of political polarization of the media in Portugal. This study aims to further contribute to the theme by analyzing the perception of the representations of national political polarization in the media. Moreover, we tried to cross perceptions with sociodemographic variables distinctive of a non-probabilistic sample. A comparative typological content analysis was used to analyze the interviews carried out with 16 adults of different ages and educational levels, establishing, whenever possible, correlations that may enrich future studies on the theme.

The most relevant conclusion drawn from this research is that the answer to our initial question is uncertain since the interviewees' perceptions are divided between the existence and non-existence of political polarization in the media. Furthermore, the analysis did not reveal significant correlations between the participants' perceptions and sociodemographic profiles. We emphasize that the existence of political polarization phenomena was identified to the right, but not to the left.

Keywords: media literacy; political polarization; media; Mediterranean media model; political pluralism

Esta página foi deixada propositadamente em branco

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| Agradecimentos | i |
| Resumo..... | ii |
| Abstract..... | iii |
| Introdução | 7 |
| 1. O Modelo pluralista polarizado e o caso português | 9 |
| 1.1 O Contexto Histórico Português..... | 9 |
| 1.2. O Modelo Mediterrânico de Hallin e Mancini e o Contexto Português | 10 |
| 1.3 O Pluralismo e a Polarização Política | 13 |
| 1.4 A Literacia Mediática..... | 14 |
| 2. Plano de Investigação e Métodos..... | 17 |
| 3. Resultados | 23 |
| 3.1 Perfil dos Entrevistados | 23 |
| 3.2 A Utilização Pessoal dos Media | 24 |
| 3.3 Representações sobre a polarização política..... | 27 |
| 3.4 Representações sobre a polarização política nos media..... | 30 |
| 4. Discussão dos Resultados | 37 |
| 4.1 A polarização política: à direita e à esquerda..... | 37 |
| 4.2 A Diversidade na Assembleia da República e o pluralismo..... | 37 |
| 4.3 Tendências de Polarização, Instrumentalização e Isenção dos Media..... | 38 |
| 4.4 A Representação dos Fenómenos Políticos..... | 38 |
| Conclusões | 41 |
| Referências Bibliográficas | 45 |
| Anexos | I |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 2.1 - Modelo de Análise da Perceção da Polarização Política dos Media | 19 |
|--|----|

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 2.1 - Distribuição das Pessoas Entrevistadas | 21 |
| Quadro 3.1 - Caracterização das Pessoas Entrevistadas..... | 23 |
| Quadro 3.2 - Número de Associações diretas entre partido ou ala ideológica e meio de comunicação social | 32 |

INTRODUÇÃO

A forma de nos relacionamos com os media acompanha, naturalmente, as mudanças dos próprios media mas também da sociedade. Propomos, então, entender como é, neste momento, essa relação entre alguns segmentos da população portuguesa e os media. A perceção dos indivíduos da relação dos meios de comunicação social com as dinâmicas e fenómenos políticos nacionais parece ser a vertente óbvia a abordar, não só por interesse pessoal, mas considerando a instabilidade política que Portugal tem experienciado em tempos recentes. Assim, faz todo o sentido procurar compreender o ponto de vista da população acerca do fenómeno da polarização política dos media, sendo este o objetivo geral do presente trabalho.

Imediatamente depois do período de ditadura do Estado Novo, que limitou o desenvolvimento partidário e da liberdade de imprensa, nem sempre os media se relacionaram de forma isenta com o poder político (Cádima, 2010). Mais tarde, com a privatização dos meios de comunicação social, o alinhamento político que se sentia decresceu razoavelmente (Hallin e Mancini, 2004), o que nos leva precisamente ao objetivo geral de querer compreender como é que a população se relaciona com os media e percebe o seu comportamento na atualidade.

Para isso, será sempre necessário fazermos uma revisão teórica, na qual recorreremos a um enquadramento histórico para perceber de onde vimos e como chegámos aqui; ao posicionamento de Portugal no modelo proposto por Hallin e Mancini (2004), abordando as suas características, mas também percebendo, com recurso ao trabalho de Álvares e Damásio (2013) de que forma Portugal se enquadra ou não no modelo mediterrânico; será também essencial, para a interpretação de alguns fenómenos e resultados da pesquisa feita para este trabalho, aprofundar, no ponto 1.3, os conceitos de pluralismo e polarização política; por fim, terminamos o enquadramento teórico com o tema da literacia mediática, essencial para compreender o modo como nos relacionamos e percebemos os media.

Estabelecido o ponto de partida, será possível, pelo menos a um nível teórico, identificarmos as várias representações acerca da polarização política nos media, contando com o empirismo dos testemunhos dados pelos entrevistados com idades compreendidas entre os 19 e os 71 anos, com níveis de escolarização variados – sendo estes os diferentes graus de ensino até ao 12º ano, ou a conclusão de um grau de ensino superior.

Para chegarmos ao objetivo a que nos propomos, sustentamo-nos numa análise de conteúdo tipológica comparativa, adequada a temas pouco explorados academicamente, tendo por base a entrevista semiestruturada, que nos permite recolher informação mais

detalhada e enriquecer as conclusões. Com base nessa metodologia, procurámos então responder à seguinte questão: qual a perceção da população portuguesa sobre a existência de polarização política dos media?

Posto isto, compomos este trabalho em três partes: o enquadramento teórico, com a revisão de literatura que sustenta o trabalho que faremos no campo da pesquisa; um plano e metodologia a aplicar para o desenvolvimento desta investigação; e a análise dos resultados, em que tentaremos perceber quais as perceções de determinados fenómenos, ou aspetos dos comportamentos dos media e da dinâmica política, e de que forma essas perceções estão relacionadas, ou não, com os perfis sociodemográficos traçados no plano de investigação.

1. O MODELO PLURALISTA POLARIZADO E O CASO PORTUGUÊS

1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO PORTUGUÊS

A liberdade de imprensa em Portugal data do século XIX, mais concretamente de 1820. Contudo, ao longo do século XX viu-se frequentemente interrompida, mais notoriamente durante o Estado Novo – o regime ditatorial liderado por António de Oliveira Salazar –, considerando-se o mais importante período de liberdade de imprensa aquele situado entre a implantação da república, em 1910, e o golpe militar de 1926 (Hallin e Mancini, 2004).

Os longos períodos de ditadura sufocaram a evolução e o desenvolvimento dos partidos de massas, bem como da imprensa partidária, revelando-se numa baixa adesão à militância partidária no país. Mesmo durante a ditadura do Estado Novo, o regime não enfatizava a sua mensagem através da imprensa, nem desenvolvia uma cultura de imprensa partidária (Hallin e Mancini, 2004). Apesar de se ter verificado uma quebra na evolução natural da imprensa pluralista e politicamente envolvida aquando da imposição de um regime ditatorial em 1926, em Portugal também se verifica uma abrupta inversão de rumo em 1974 quando, retornando o país à democracia com a Revolução dos Cravos, a cena mediática fica marcada pela radicalização dos jornais e estações de rádio, que foram tomados por jornalistas extremamente politizados (Hallin e Mancini, 2004). Após a instituição da democracia em Portugal, e mesmo testemunhando o início de uma nova era no que concerne à liberdade, especialmente à liberdade de imprensa, a relação entre os media e o sistema político desta recém instituída democracia manifesta-se de forma não totalmente autónoma e transparente (Cádima, 2010).

As mudanças na esfera política portuguesa, até ao início dos anos 1990, trouxeram um maior aparecimento de partidos *catch-all*, verificando-se uma semelhante trajetória também na imprensa, com o principal objetivo de evitar associações entre os meios de comunicação social – particularmente no caso dos jornais – e as ideologias políticas que brotavam na recente democracia (Álvares e Damásio, 2013). Se por um lado, após a implementação da democracia, os partidos *catch-all* conseguiam efetivamente fazer jus ao seu nome e arrecadar eleitores – referindo-nos aos partidos do bloco central, Partido Social Democrata e Partido Socialista – na casa dos 80 pontos percentuais, com o virar do século vieram a perder força, caindo para os 66 por cento entre os dois (Comissão Nacional de Eleições, 2011 em Álvares e Damásio, 2013). Este fenómeno de decréscimo a pique é acompanhado por um paradoxo interessante no campo dos meios de comunicação social homólogos, em que se verifica uma predominância dos canais de comunicação *catch-all* (Álvares e Damásio, 2013). A explicação

dada por Álvares e Damásio (2013) a este fenómeno não deixa de surpreender: a falta de desenvolvimento que se verifica na comunicação social portuguesa, aliada à fragilidade vivida no mercado publicitário, obriga a que estes meios generalistas se abstenham de associações a ideologias políticas por razões estritamente economicistas, de forma a não afastar as suas audiências (Álvares e Damásio, 2013).

1.2. O MODELO MEDITERRÂNICO DE HALLIN E MANCINI E O CONTEXTO PORTUGUÊS

Hallin e Mancini, na sua obra “Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics”, de 2004, propõem a distinção entre três modelos de media: O modelo democrático corporativista – em que se enquadram países da Europa Central e do Norte, como a Áustria, a Finlândia e a Alemanha; o modelo liberal – incorporado por países como os Estados Unidos da América, o Reino Unido e o Canadá; e o modelo pluralista polarizado, também denominado modelo mediterrânico – em que se inclui Portugal, bem como outros países da Europa do Sul como Espanha, Grécia e Itália, mas também França.

Sendo simplificações da realidade, os sistemas de media enquadrados em cada modelo serão sempre suscetíveis de divergências ou diferenças. Ainda assim, os modelos propostos pelos autores acabaram por se tornar nas linhas orientadoras para estudos comparativos na área do jornalismo e da comunicação política (Brüggemann *et al.*, 2014).

Desde já, será relevante apontar que algumas das críticas aos modelos propostos por Hallin e Mancini em 2004 incidem sobre o facto de se aplicarem apenas a 18 países, os quais integram a Europa ocidental e os EUA, desconsiderando-se quer a Europa de Leste, quer a América central e latina, para além dos outros continentes (Santana-Pereira e Sousa, 2017). Também é discutida a aplicabilidade das características descritas pelos autores aos países enquadrados nos modelos, sendo um deles Portugal, precisamente aquele que abordaremos, enquadrado no modelo mediterrânico (pluralista polarizado) e alvo de exposição aprofundada por Hallin e Mancini (2004) (Santana-Pereira e Sousa, 2017).

Começamos pela caracterização de teor histórico, em que os autores explicam que os países que se enquadram neste modelo tiveram habitualmente, e como é o caso de Portugal, uma experiência de regime autoritário até à segunda metade do século XX. Assim, viram surgir tardiamente a sua liberdade de imprensa; – no caso português, esta chegou apenas depois da Revolução dos Cravos, em 1974, o que fez também com que o papel dos partidos políticos na organização mediática fosse de extrema importância aquando e após a transição para a democracia (Hallin e Mancini, 2004). Por outro lado, a tardia comercialização da

indústria dos media acaba por refletir-se também na baixa circulação – no caso da imprensa – e na orientação dos media para uma elite instruída, com uma forte orientação jornalística para o comentário. Também o baixo grau de profissionalização dos jornalistas, fruto dos regimes autoritários de que os países saíram, e o baixo grau de autonomia dos jornalistas dentro das redações são elementos caracterizadores deste modelo (Hallin e Mancini, 2004).

O baixo grau de autonomia dos jornalistas estará sempre intrinsecamente ligado com o papel do Estado na comunicação social, mas não sem algumas nuances no que toca ao tipo de intervencionismo que se pode verificar em cada Estado. Por um lado, poderão ser implementadas medidas que apoiem ou restrinjam os meios de comunicação social e, por outro lado, a existência de meios de comunicação social detidos pelo Estado funciona como complemento dos meios privados existentes (Brüggemann, et al., 2014)

Em termos de características dos sistemas políticos que influenciam os modelos mediáticos, no modelo mediterrânico, além da chegada tardia a regimes democráticos, verifica-se frequentemente um elevado grau de paralelismo político, um enfoque significativo na vida política e partidária do país por parte dos media, existindo mesmo, por vezes, a instrumentalização dos meios de comunicação social pelo governo ou por partidos políticos, e, finalmente, um forte papel do Estado, no lugar de proprietário e regulador dos media, como acontece em Portugal com a RTP (Rádio e Televisão Portuguesa), por exemplo (Hallin e Mancini, 2004). Nesta perspetiva, o paralelismo político de que Hallin e Mancini (2004) nos falam diz respeito à ligação entre o pluralismo interno do meio de comunicação e o pluralismo externo na dinâmica política nacional. Considerando o enquadramento conceptual e caracterização aprofundada de Hallin e Mancini do modelo mediterrânico é, então, imperativo perceber qual a aplicabilidade real deste modelo ao contexto português.

Álvares e Damásio (2013) apontam algumas divergências entre o modelo proposto por Hallin e Mancini relativamente ao real contexto português, refutando a ideia de que os partidos políticos e a sua influência instrumentalizem de alguma forma os media e afirmando que, apesar de ser evidente a influência que a censura imposta durante o regime ditatorial teve sobre o jornalismo português, poderá ter, ao contrário do que se propõe no modelo mediterrânico, originado profissionais com uma maior sensibilidade às questões da liberdade de imprensa (Álvares e Damásio, 2013).

Destacam, Álvares e Damásio (2013), no sentido de realçar a autonomia jornalística e vincada liberdade de imprensa, o poder que foi dado aos jornalistas durante o período de democratização, nomeadamente com a aprovação de legislação que garantia que os jornais tivessem autonomia editorial. Vimos, quando abordado o contexto histórico, que os *catch-all media* acompanharam o aparecimento de partidos com o mesmo propósito de agradar às

massas, o que poderia, a par de outros fenómenos, ajudar a sustentar a tese de Hallin e Mancini sobre a importância do paralelismo político no modelo mediterrânico. Contudo, hoje em dia, a popularidade desses partidos tem vindo a decrescer e os media parecem não acompanhar essa tendência, chegando mesmo a utilizar a polarização partidária crescente para promover e lucrar com seu serviço noticioso. Esta situação faz transparecer a ideia de que o capitalismo económico poderá contribuir para uma diminuição da polarização e partidarização dos meios de comunicação social (Álvares e Damásio, 2013).

A existência, nos países do modelo mediterrânico, de uma certa propensão para a afiliação ideológica da imprensa (Hallin e Mancini, 2004) poderá assim não ter cabimento no contexto português, precisamente por geralmente se verificarem taxas de tiragem e circulação baixas (Álvares e Damásio, 2013). Nos contextos de pluralismo polarizado, os jornais tendem a especializar-se e focar-se em públicos com um certo grau de escolaridade, politicamente ativos, que frequentemente acabam por ser ideologicamente condicionados pela associação dos meios de comunicação social a ideologias políticas (Hallin e Mancini, 2004; Álvares e Damásio, 2013). Todavia, no contexto português, como vimos, passa-se o oposto, com a prevalência dos *catch-all media*, tipicamente mais presentes no modelo liberal descrito por Hallin e Mancini (Álvares e Damásio, 2013). Desse modo, não se poderá dizer que o pluralismo mediático seja um reflexo direto do pluralismo político, mas antes que em cada meio de comunicação social se procura, dentro da linha editorial estabelecida, apresentar e dar voz a vários quadrantes ideológicos, através, por exemplo, da atribuição dos espaços de opinião a cronistas com diferentes afiliações políticas entre si (Álvares e Damásio, 2013), por razões economicistas.

Precisamente por se verificar que os meios de comunicação social *catch-all*, os quais apresentam um elevado pluralismo interno e dão voz a diversas ideologias, são os media com mais popularidade e adesão em Portugal, concluem os autores que não será óbvia a existência de paralelismo político, ao contrário do que sugerem Hallin e Mancini no seu modelo mediterrânico (Álvares e Damásio, 2013).

Na sua resposta às críticas, Hallin e Mancini (2010), esclarecem que os modelos propostos devem ser interpretados como uma base sobre a qual se deve elaborar pesquisa futura, não devendo ser aplicados sem adaptação a cada realidade. A sua utilidade essencial é então a de ser um ponto de partida para o estudo e caracterização dos sistemas de media de cada país, apontando as semelhanças e diferenças entre grupos, aplicando-se de uma forma ampla aos sistemas (Hallin e Mancini, 2010). Especificamente sobre as questões levantadas acerca do modelo mediterrânico, os autores entendem que é de uma certa inevitabilidade olhar-se para os sistemas que orbitam este modelo com algum negativismo.

No entanto, salientam que os países do sul da Europa têm um percurso muito característico e que a interação entre os media e a política é muito própria do tipo de evolução histórica que partilham (Hallin e Mancini, 2010). Assim, ainda que lhes seja óbvio que Portugal foi, em tempos, um exemplo forte da politização dos media que caracteriza o modelo, assumem que o seu conhecimento do contexto português atual não lhes permite justificar se o país se aproxima, hoje em dia, dos outros, também classificados como pluralistas polarizados, no que diz respeito ao tema da politização dos media (Hallin e Mancini, 2010).

1.3 O PLURALISMO E A POLARIZAÇÃO POLÍTICA

Ao conceberem o modelo mediterrânico, Hallin e Mancini (2004) unem os conceitos de pluralismo e de polarização política, defendendo que os países enquadrados neste modelo se veem numa situação de pluralismo polarizado. Esta expressão quer, acima de tudo, salientar o paralelismo entre os sistemas político-partidários dos países abrangidos por este modelo e os seus sistemas mediáticos, frequentemente politizados também (Santana-Pereira, 2016). Quer nos sistemas partidários, quer nas esferas mediáticas, verificam-se, nestes locais, tendências para a polarização e para o pluralismo político (Hallin e Mancini, 2004, 2010 em Santana-Pereira, 2016)

Hallin e Mancini (2004) explicam a polarização e conflitualidade política da Europa do Sul através da influência que as forças mais conservadoras exerceram quando confrontadas com uma modernização e liberalização da direita. Isto é, à medida que os movimentos socialistas e liderados pelas classes trabalhadoras se foram desenvolvendo, as fações mais extremadas de direita impediram que esta se revestisse de uma forma mais liberal e criou uma oposição de certo modo mais radicalizada (Hallin e Mancini, 2004).

Com a consolidação tardia das democracias liberais, a sua forma diferenciou-se um pouco das que já conhecíamos e Sartori (1976, em Hallin e Mancini, 2004) qualificou-as como tomando um rumo de pluralismo político, esclarecendo que esta característica se reflete numa pluralidade de partidos políticos, com ideologias e orientações políticas distintas entre si, num vasto espectro político que inclui partidos antissistema tanto à direita como à esquerda (Hallin e Mancini, 2004). Apesar de se verificar um decréscimo na polarização política na Europa do sul nas últimas décadas do século XX, os padrões das décadas antecedentes, marcadas por regimes autoritários, afetaram profundamente o desenvolvimento dos media na região (Hallin e Mancini, 2004).

Hallin e Mancini (2004) referem que os sistemas pluralistas polarizados são habitualmente complexos, já que contam com uma grande variedade de partidos, e que mesmo dentro dos diferentes partidos existem, por vezes, fações em contenda entre si. Isto resulta numa estruturação da esfera pública diferente daquela que se verifica noutros casos, já que o elemento central da comunicação política se afirma como o apelo em massa aos cidadãos. Dessa forma, o elemento fundamental da comunicação política nos sistemas multipartidários e polarizados é o processo de negociação entre cada partido, os seus aliados sociais e os demais partidos (Hallin e Mancini, 2004).

Kubin e von Sikorski (2021) abordam também a questão da polarização política, que consideram estar em ascensão um pouco por todo o mundo, diferenciando duas formas de polarização política. Por um lado, a polarização ideológica, estará mais ligada à divergência ou afastamento dos seus adversários políticos no que toca às crenças, atitudes e opiniões (Dalton, 1987 em Kubin e von Sikorski, 2021); por outro lado, a polarização afetiva, reflete-se mais na valorização da identidade política (Mason, 2018 em Kubin e von Sikorski, 2021) e na forma como a pertença identitária a determinados grupos – tais como os partidos políticos –, pode exacerbar a hostilidade para com indivíduos não pertencentes a esse grupo (Gaertner et al., 1993 e Iyengar et al., 2012 em Kubin e von Sikorski, 2021).

Os autores clarificam que, verificando-se esta polarização política, os efeitos podem ser positivos, devido à maior participação política (Wagner, 2021 em Kubin e von Sikorski, 2021), mas também pode gerar o aumento da centralização do poder, dificultando os processos normais da democracia e criar cidadãos insatisfeitos (Lee, 2015 e Wagner, 2021 em Kubin e von Sikorski, 2021).

Cada vez mais as pessoas formam as suas opiniões através dos meios de comunicação, sejam eles a comunicação social ou as redes sociais, muito por culpa dos atores políticos que cada vez menos se envolvem em debate nos meios convencionais, mas antes utilizam as novas tecnologias para atacar ou responder aos seus adversários políticos (Kubin e von Sikorski, 2021).

1.4 A LITERACIA MEDIÁTICA

Para abordar o tema da literacia mediática exige-se, em primeiro lugar, compreender do que falamos quando usamos o conceito de literacia.

Lopes (2011) explica que a literacia assenta na contemporaneidade e estabelece-a como um recurso básico, clarificando que o conceito foi adotado na década de 1970 em estudo de

avaliação direta e que assenta em três competências-chave essenciais para a interpretação e aplicação corretas da informação no nosso dia-a-dia: a leitura, a escrita e o cálculo.

A normalização do conceito de literacia em Portugal remete-se à década de 1990, especificamente a um estudo coordenado por Ana Benavente, como nos explica Lopes (2011), intitulado *A Literacia em Portugal: Resultados de Uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, em que é esclarecido que não se pretende saber aquilo que as pessoas aprenderam ou não, mas sim dentro daquilo que aprenderam o que conseguem usar nas situações da vida corrente. Dessa forma, a literacia é apresentada como um conceito “amplo e transversal” (Lopes, 2011: 3) que se define como “a capacidade de processamento da informação escrita na vida quotidiana” (Benavente e outros, 1996:4 citado por Lopes, 2011: 3).

Com o desenvolvimento da sociedade em que vivemos e a introdução de novos fatores a considerar, o conceito de literacia foi sendo atualizado e conseqüentemente expandido, passando a incluir também elementos “audiovisuais, eletrónicos [e] digitais” (Lopes, 2011: 12). Desta forma, o conceito começou a tomar novas definições, abrangendo uma multiplicidade de áreas científicas e domínios (Lopes, 2011).

Ávila (2005) faz uma análise de alguns dados resultantes do *International Adult Literacy Survey* (IALS) e observa que a maior escolarização, nos níveis de ensino secundário e superior, coincide, de uma forma geral, com uma maior taxa de literacia mediática nos níveis intermédios e elevados. Embora não se possa afirmar que globalmente exista uma correspondência absoluta entre a escolaridade e a literacia, esse parece ser, de facto, um fator essencial em alguns casos, como abordaremos mais à frente neste trabalho.

As “multiliteracias” (Selber, 2004 em Lopes, 2011: 12) ou “novas literacias” (Kist, 2005 em Lopes, 2011: 12) traduzem-se em exemplos como a literacia informacional, a literacia digital ou a literacia mediática (Lopes, 2011). Considerando fatores como a importância que os media têm na sociedade, “o papel da informação na democracia ou o espetacular desenvolvimento das TIC” (Lopes, 2011: 12), estes três sub-conceitos de literacia revelam-se de extrema e decisiva relevância na sociedade, num espírito de “interdependência e interconexão” (Lopes, 2011: 12) entre si.

Potter (2001, em Lopes, 2011) apoia o conceito de literacia mediática em três linhas de pensamento: em primeiro lugar, que se desenvolve em patamares e é possível a progressão; depois, que tem várias dimensões, tais como a cognição, a emoção e a moral; finalmente, o controlo da nossa própria interpretação, já que será através da literacia que podemos melhor compreender e construir opiniões sobre os fenómenos que nos são apresentados pelos media.

Acrescenta ainda Lopes (2011), em referência a Potter (2001), que este segundo admite que, para desenvolver elevadas competências de literacia mediática, é necessário que se faça um esforço consciente e se forme uma perspetiva crítica, processando, analisando e avaliando as informações que se recolhe.

Kamerer (2013) lembra Potter (2013), que considera que a literacia mediática tem como função devolver o controlo ao utilizador, já que quanto maior o nível de literacia mediática, mais clara se torna a nossa interpretação e perspetiva sobre aquilo que é real e aquilo que poderá ter um fundo de verdade dúbio, afirmando que a literacia mediática nos permite ainda navegar a informação disponível distinguindo entre aquela que nos é útil e aquela que não o será.

A União Europeia tem tomado passos para a reflexão sobre a literacia mediática, nomeadamente criando políticas europeias na área dos media, procurando tornar a União Europeia “a mais competitiva, dinâmica e inclusiva economia mundial baseada no conhecimento” (Lopes, 2011: 13). A Comissão Europeia chegou mesmo a dar uma definição ao conceito de literacia mediática, que podemos encontrar na *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: uma Abordagem Europeia da Literacia Mediática no Ambiente Digita*, datada de 10 de dezembro de 2007, entendendo que: “Literacia mediática é a capacidade de aceder aos *media*, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos *media* e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos.” (Lopes, 2011: 13).

Para o nosso estudo, procuraremos então reger-nos por esta definição, apoiada na caracterização feita pela Comissão Europeia e sumariada por Lopes (2011), por ter um sustentado nível de credibilidade, dada a sua fonte originária, bem como o seu cariz abrangente, não consistindo apenas num acumular de características, mas numa definição coerente e sistematizada.

Apesar de testemunharmos, na atual evolução tecnológica, uma facilidade de acesso à interatividade e a uma dimensão do jornalismo que não existia há poucos anos, a concretização e aproveitamento efetivo destas mais-valias estão dependentes da formação e da educação nestas áreas (Correia, 2002). Esta educação para o uso dos media traduz-se na literacia mediática, num modo mais informal, e deve gerar uma possibilidade de participação mais ativa e frutífera na sociedade civil como sociedade de informação (Misgeld, 1987 em Correia, 2002). Correia (2002) afirma mesmo que a luta pela literacia mediática enfrenta alguns dos desafios mais delicados do século XXI, já que depende do desenvolvimento e aprendizagem de uma função crítica.

2. PLANO DE INVESTIGAÇÃO E MÉTODOS

Objetivos: geral e específicos

De modo a conseguir alcançar o objetivo geral proposto na introdução deste trabalho, devemos explorar, em primeiro lugar, quais os objetivos específicos a que nos propomos, sendo estes:

- Identificar representações acerca da perceção da polarização na dinâmica política nacional;
- Identificar representações sobre o esclarecimento providenciado pelos media, em assuntos da dinâmica política nacional;
- Identificar representações acerca da polarização política nos media;
- Verificar se existe relação a ser estabelecida entre o perfil sociodemográfico (idade e escolaridade) dos entrevistados e as perceções que têm sobre a polarização política dos media.

Modelo de análise

A maneira como os indivíduos percecionam os indícios de eventos de polarização pode refletir-se nas suas escolhas mesmo sem nos dar indicação sobre a pertença partidária. É, por isso, importante fazer a distinção entre comportamentos, perceções e atitudes de polarização. Quando falamos na polarização de atitudes e comportamentos, referimo-nos à mudança de posição em assuntos fraturantes, convicções ideológicas e pertenças partidárias que resultem em oposições mais acentuadas de atitudes politicamente relevantes (Prior, 2013).

Como vimos na revisão de literatura, a literacia mediática é essencial para compreender e interpretar os fenómenos e mensagens dos media e até para distinguir entre o que será real e o que terá uma natureza mais dúbia (Potter, 2013 em Kamerer, 2013). Para estabelecer diferentes graus de literacia mediática utilizaremos, então, o grau de escolaridade e, por uma questão de simplificação dos resultados, consideraremos os dois principais grupos de escolarização: qualquer grau de ensino até ao 12º ano e grau de ensino superior completo.

Apesar de se ter vindo a verificar que uma maior escolarização não se reflete linear e absolutamente nas competências de literacia mediática esperadas (Lopes, 2011), a verdade é que, de forma consistente, o nível de escolarização se tem vindo a refletir no grau de literacia dos adultos em Portugal (Ávila, 2005).

A participação de Portugal no IALS tem vindo a mostrar-se essencial para o estudo da literacia no país, recolhendo dados de indivíduos entre os 16 e os 65 anos (Ávila, 2005). Os resultados do inquérito internacional permitiram observar que, de uma forma geral, a escolarização de grau mais elevado é proporcional às taxas de literacia de níveis intermédios e elevados. No caso de Portugal, essa evidência é particularmente notada na aproximação entre as taxas de escolarização mais baixas e os níveis de literacia, também eles, baixos (Ávila, 2005). Mesmo considerando as restantes dimensões que contribuem para o grau de literacia e abordadas no IALS, é indubitável que o reduzido nível de competências de literacia em Portugal se prende com a reduzida escolaridade média (Ávila, 2005).

Assim, mais facilmente estabelecemos o nível de escolaridade como medidor da literacia e da literacia mediática do universo de entrevistados, por ser um elemento essencial na identificação das competências e desigualdades nos níveis de literacia em Portugal (Ávila, 2005).

Adicionalmente, escolhemos a idade como fator, por dois motivos: em primeiro lugar, porque a idade – especificamente a maioridade – é o fator mais importante na possibilidade de participação na vida política; em segundo lugar, porque em estudos feitos no âmbito da literacia – nomeadamente o *International Adult Literacy Survey* (IALS) (Ávila, 2005) – a idade é um fator nos perfis desenhados. Por outro lado, o relatório final de análise ao IALS, do ano 2000, o *Literacy in the Information Age: Final Report of the International Adult Literacy Survey*¹, destaca que grande parte da população adulta – entre 70% e 80% consoante os indicadores – tem um deficiente nível de competências de literacia, posicionando-se nos níveis 1 e 2, os mais baixos, entre 5 níveis possíveis (Lopes, 2011 e IALS, 2000).

Escolhido o fator idade, cabe então justificar a divisão dos grupos etários, assente em dois pontos-chave: a idade da maioridade – 18 anos – e a data da Revolução, que nos trouxe a liberdade de imprensa – 25 de abril de 1974.

A data da instituição da democracia releva por ser referente à tardia liberdade de imprensa de que Hallin e Mancini (2004) falam na sua conceção do modelo mediterrânico. Nesse sentido, os primeiros dois grupos correspondem a pessoas já nascidas à data da revolução. O primeiro grupo corresponderá a entrevistados que no dia 25 de abril de 1974 tinham mais de 18 anos e o segundo, a entrevistados que nessa data, tinham menos de 18 anos. Os outros dois grupos têm como limite a data da Revolução e a maioridade à data do último ano civil completo (2021). Os entrevistados que completaram 18 anos em 2021 terão nascido em 2003.

¹ Publicado no ano 2000, o relatório final do IALS reporta-se a dados recolhidos no final dos anos 90, entre 1995-1998, nos EUA. Posteriormente, em 2013, a OCDE conduziu o *Programme for the International Assessment of Adult Competencies*, Apesar deste relatório incidir sobre a UE, Portugal só entrará no segundo ciclo do estudo que decorre entre 2022 e 2023.

A divisão é feita no final do ano civil que dista igualmente de 2003 e de 1974 – 1989. Portanto, o primeiro grupo compreenderá os entrevistados que tenham nascido entre o dia 25 de abril de 1974 e o final de 1989; o segundo grupo, todos os que tenham nascido entre 1990 e 2003, inclusive.

Resumindo, relativamente à definição do *perfil sociodemográfico* das pessoas entrevistadas, consideraremos duas variáveis principais: a idade e a escolaridade.

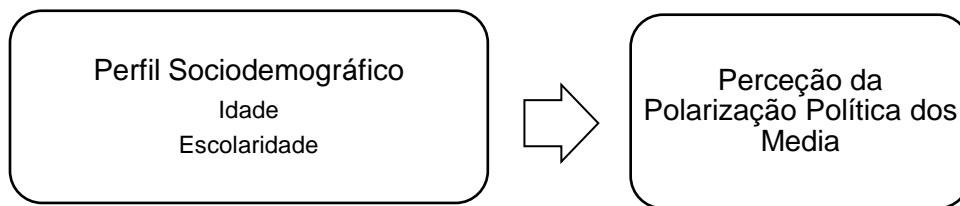


Figura 2.1 - Modelo de Análise da Perceção da Polarização Política dos Media

Desenho da pesquisa

Para este trabalho, a análise de conteúdo comparativa tipológica pareceu-nos a metodologia mais adequada, porquanto, embora se veja incidir sobre um universo mais reduzido de indivíduos, permite-nos a utilização de ferramentas de pesquisa e questões mais flexíveis, que nos possibilita obter respostas para temas ou fenómenos sociológicos por vezes pouco estudados, como será o caso das perceções populares do fenómeno da polarização política dos media em Portugal. Para mais, através da análise dos resultados obtidos poderemos caracterizar as formas como este fenómeno é percebido (Costa, 2008).

Escolhemos como método de recolha de dados a entrevista. Esta é uma técnica frequentemente utilizada na metodologia comparativa tipológica (Costa, 2008) e tem a grande vantagem de permitir a recolha de informação mais detalhada, sendo possível abordar e compreender melhor, dessa forma, o tema que estamos a desenvolver. Hastie e Hay (2012, citados em Resende, 2016) afirmam a utilidade da entrevista na investigação qualitativa já que nos permitirá entender não só como é que os entrevistados interpretam o fenómeno, mas também se a sua opinião é volátil e se assenta em pressupostos mais objetivos ou subjetivos.

Resende (2016) recorda a abordagem de Flick (2005) que afirma que a entrevista semiestruturada será a mais comum, acrescentando que ainda que exista um guião com os tópicos base a abordar, está dotado de uma flexibilidade que permite adaptar as questões

consoante aquilo que o entrevistado contribuir para o tema. Desta forma, no guião das entrevistas, abordamos os seguintes temas gerais:

- A utilização pessoal dos media;
- As representações sobre a polarização na dinâmica política nacional;
- Representações sobre a polarização política nos media;
- Caracterização sociodemográfica dos entrevistados.

Na conceção do guião considerámos relevante fazer um primeiro enquadramento sobre o conceito e utilização dos media por parte dos entrevistados. De seguida, as perguntas focam-se mais nos próprios fenómenos e perceções dos entrevistados sobre determinados fenómenos políticos e mediáticos. Para uma melhor compreensão das questões, abaixo segue uma curta contextualização do cenário político em Portugal nos últimos dois anos.

Nas eleições legislativas de 2019, obtiveram representação parlamentar três novos partidos, que até esse momento não tinham assento na Assembleia da República – a Iniciativa Liberal, o Chega e o Livre; das mesmas eleições, resultou uma maioria simples do Partido Socialista, que governou com o apoio dos Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda, sem acordo escrito. Tendo sido chumbado no Parlamento o Orçamento do Estado para 2022, no dia 30 de janeiro de 2022 realizaram-se eleições legislativas, das quais resultaram mudanças significativas à composição das bancadas parlamentares (Eleições Legislativas, 30.01.2022), ditando o fim da representação do CDS-Partido Popular, o aumento dos recém-chegados partidos Chega e Iniciativa Liberal, bem como uma perda de deputados acentuada por parte do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda, decrescendo respetivamente para metade (PCP) e aproximadamente um quarto (BE) dos deputados eleitos em 2019. Finalmente, o resultado decisor das eleições de 2022 deu a maioria absoluta ao Partido Socialista.

Realizadas as entrevistas, aplicou-se, manualmente, a análise de conteúdo tipológica – a qual se encontra esquematizada nos anexos C a G – aos dados recolhidos. Esta técnica permitiu-nos formar conclusões sobre o que os entrevistados revelaram. Os resultados foram depois enquadrados em referência aos perfis criados para obtenção do universo de entrevistados, servindo para análise comparativa posterior. Como melhor colocou Vala (1986: 109), devemos “selecionar um certo número de conceitos analíticos”, por forma a que a análise de conteúdo seja produtiva.

Universo de entrevistados

As respostas sobre a identificação e perceção da polarização política nos media foram analisadas em função dos seguintes critérios:

- Maiores de idade a 25 de abril de 1974 com um grau de escolaridade até ao 12º ano;
- Maiores de idade a 25 de abril de 1974 com um grau de escolaridade do ensino superior;
- Menores de idade a 25 de abril de 1974 com um grau de escolaridade até ao 12º ano;
- Menores de idade a 25 de abril de 1974 com um grau de escolaridade do ensino superior;
- Nascidos entre 25 de abril de 1974 e o final de 1989 com um grau de escolaridade até ao 12º ano;
- Nascidos entre 25 de abril de 1974 e o final de 1989 com um grau de escolaridade do ensino superior;
- Nascidos entre 1990 e 2003 com um grau de escolaridade até ao 12º ano;
- Nascidos entre 1990 e 2003 com um grau de escolaridade do ensino superior;

Assim, a seleção dos entrevistados encontra-se refletida no quadro 2.1, apresentado abaixo.

Quadro 2.1 - Distribuição das Pessoas Entrevistadas

| Idade/Escolaridade | Até ao 12º ano | Ensino Superior |
|---|-----------------------|------------------------|
| Maiores de idade a 25 de abril de 1974 | 2 entrevistas | 2 entrevistas |
| Menores de idade a 25 de abril de 1974 | 2 entrevistas | 2 entrevistas |
| Nascidos entre 25 de abril e o final de 1989 | 2 entrevistas | 2 entrevistas |
| Nascidos entre 1990 e 2003 | 2 entrevistas | 2 entrevistas |

Os entrevistados foram localizados por várias vias: contactos pessoais que conheciam alguém com um perfil pretendido, através da ajuda de funcionários de negócios de bairro que

correspondiam a um perfil pretendido, a abordagem a estudantes em zonas de campus universitário e recurso a contactos estabelecidos por via profissional que aceitaram participar neste estudo.

Aplicámos assim uma técnica de amostragem por conveniência, não probabilística. Na amostragem não probabilística a questão da aleatoriedade não é central na seleção dos participantes, mas antes aplicam-se critérios específicos para a escolha dos indivíduos a incluir na amostra e selecionam-se aqueles que por critérios de ordem prática sejam de mais fácil acessibilidade (Alkassim e Tran, 2016) e que correspondam ao perfil previamente traçado. É importante, contudo, não esquecer, ao analisar os dados obtidos, dois pontos fulcrais neste tipo de amostragem: em primeiro lugar, que ao fazer comparações entre dois grupos da amostra é necessário descrever os grupos (Farrokhi e Mahmoudi, 2012) e, em segundo lugar, que neste tipo de amostragem existe o risco de enviesamento dos resultados, consoante a motivação dos participantes (Stratton, 2021).

Todas as entrevistas foram feitas presencialmente e os entrevistados deram o seu consentimento para a utilização quer dos seus dados pessoais, quer dos dados recolhidos durante as entrevistas, a serem utilizados no âmbito deste trabalho.

3. RESULTADOS

3.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Tal como nos propusemos e foi planeado, foi possível realizar as dezasseis entrevistas.² Em cada interseção entre a data de nascimento e o nível de escolaridade foram entrevistados um indivíduo do género masculino e uma do género feminino. Metade da amostra tem um grau do ensino superior e a outra metade tem um grau de ensino até ao 12º ano. A média de idades da amostra é de aproximadamente 47 anos, compreendendo indivíduos dos 19 aos 71 anos.

Quadro 3.1 - Caracterização das Pessoas Entrevistadas

| Nome | Idade | Faixa Etária | Escolaridade | Género |
|----------|-------|--|-----------------|-----------|
| Ana | 58 | Menores de idade a 25 de Abril de 1974 | Ensino Superior | Feminino |
| André | 33 | Nascidos entre 25 de Abril e o final de 1989 | Até ao 12º ano | Masculino |
| Ângelo | 25 | Nascidos entre 1990 e 2003 | Até ao 12º ano | Masculino |
| Célia | 43 | Nascidos entre 25 de Abril e o final de 1989 | Ensino Superior | Feminino |
| Custódia | 71 | Maiores de idade a 25 de Abril de 1974 | Até ao 12º ano | Feminino |
| Elsa | 48 | Menores de idade a 25 de Abril de 1974 | Até ao 12º ano | Feminino |
| Fernando | 67 | Maiores de idade a 25 de Abril de 1974 | Até ao 12º ano | Masculino |
| Gabriel | 31 | Nascidos entre 1990 e 2003 | Ensino Superior | Masculino |
| João A. | 39 | Nascidos entre 25 de Abril e o final de 1989 | Ensino Superior | Masculino |
| João R. | 55 | Menores de idade a 25 de Abril de 1974 | Até ao 12º ano | Masculino |

² A análise sintética das entrevistas encontra-se nos anexos C, D, E e F.

| | | | | |
|---------|----|--|-----------------|-----------|
| José | 65 | Maiores de idade a 25 de Abril de 1974 | Ensino Superior | Masculino |
| Luís | 56 | Menores de idade a 25 de Abril de 1974 | Ensino Superior | Masculino |
| Maria | 68 | Maiores de idade a 25 de Abril de 1974 | Ensino Superior | Feminino |
| Mariana | 24 | Nascidos entre 1990 e 2003 | Ensino Superior | Feminino |
| Marta | 19 | Nascidos entre 1990 e 2003 | Até ao 12º ano | Feminino |
| Sónia | 44 | Nascidos entre 25 de Abril e o final de 1989 | Até ao 12º ano | Feminino |

3.2 A UTILIZAÇÃO PESSOAL DOS MEDIA

Conceitos de media

Da análise das entrevistas resulta um conceito bastante unânime daquilo que a amostra considera ser os media. Quase todos os entrevistados falam dos meios de comunicação social e das redes sociais, enumerando-os; alguns falam do papel que os media têm na sua rotina – seja pela via da informação ou do entretenimento – e um caso particular destaca-se por uma aversão ao conceito e a toda a classe associada. Abaixo seguem alguns excertos exemplificativos de como os entrevistados definem os media, bem como a sua função social:

“...os media são formas de comunicação, transmissão de conhecimento, cultura, divulgação de atividade desportiva...” (André, ensino até ao 12º ano, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...são um meio de comunicação social que transmite à população em geral as informações dos últimos tempos...” (Mariana, ensino superior, nascida entre 1990 e 2003)

“...eu acho que é o veículo de comunicação que sobretudo tem um dever de informação...” (Maria, ensino superior, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...engodo, são meios massivos de subversão da população...” (Gabriel, ensino superior, nascido entre 1990 e 2003)

As redes sociais foram ainda mencionadas algumas vezes como um novo media que integra a definição mais alargada de comunicação social:

“...os meios de comunicação audiovisuais, não sei se é possível, mas talvez também as redes sociais... os jornais online, a televisão, vídeos, a rádio, também os jornais físicos...” (Ana, ensino superior, menor de idade a 25 de abril de 1974).

“...todo o grupo de comunicações, portanto a televisão, jornais e ultimamente também as redes sociais e o online...” (José, ensino superior, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...os media para mim são a televisão, a rádio... e as redes sociais hoje em dia também...” (Elsa, ensino até ao 12º ano, menor de idade a 25 de abril de 1974)

A utilização pessoal dos media

Quando se fala na utilização pessoal dos media, os meios preferidos para acesso a conteúdo de informação política recaem essencialmente sobre a televisão e os jornais online.

Dos 16 entrevistados, 11 dizem consultar o meio online na sua utilização dos media. Dos 11, seis concluíram o ensino superior e cinco têm um grau de ensino até ao 12º ano. Na linha deste equilíbrio, a distribuição por grupos etários é bastante equilibrada, havendo, contudo, uma maior concentração nos dois grupos centrais, dos indivíduos menores de idade a 25 de abril de 1974 e daqueles que nasceram entre esta data e o final de 1989.

Da mesma forma, 11 dos entrevistados têm nas suas preferências a televisão. Em termos da escolaridade voltamos a encontrar um grande equilíbrio, sendo que seis dos 11 têm um grau de ensino até ao 12º e cinco completaram o ensino superior. Verifica-se ainda que a distribuição dos grupos etários é ligeiramente diferente, havendo uma distribuição equilibrada entre os três primeiros grupos, mas com apenas uma pessoa nascida entre 1990 e 2003 a colocar este nos seus meios de eleição.

Relativamente aos meios de comunicação social mais utilizados pelos entrevistados, vemos que quem consulta jornais online tem menos tendência para uma ‘marca’ noticiosa específica e aceita mais sugestões do motor de pesquisa. Ainda assim, destaca-se o Expresso que é mencionado por cinco entrevistados, tanto em formato online como físico. Quando se fala em televisão, os canais generalistas e de notícias nacionais granjeiam a preferência:

“...televisão vejo basicamente sempre SIC Notícias...” (André, ensino até ao 12º ano, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...gosto muito do canal 1 e da SIC...” (Custódia, ensino até ao 12º ano, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...o que consumo mais é SIC Notícias e a CNN...” (Maria, ensino superior, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...o que vejo mais é através da internet nas redes sociais o que me vai aparecendo e às vezes quando quero pesquisar alguma coisa num contexto de algo que queira saber vou pesquisar diretamente no Google...” (Sónia, ensino até ao 12º ano, nascida entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...jornais online, por sugestão do *browser* mais do que por procurar um jornal específico...” (Ângelo, ensino até ao 12º ano, nascido entre 1990 e 2003)

“...leio o que me vai aparecendo, não procuro um especificamente um site para ler...” (Mariana, ensino superior, nascida entre 1990 e 2003)

“...online e televisão, o que consumo mais em termos de televisão se calhar é a SIC Notícias e a RTP, no online é indiferenciado, é conforme o motor de pesquisa...” (João A., ensino superior, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989)

Destes dados concluímos que, embora possa haver uma propensão para a televisão nos grupos etários mais velhos, a tendência é que nem a escolaridade nem a idade influenciam o meio escolhido como preferencial na utilização diária dos media. Mais, quem dá preferência à televisão tende a procurar um tipo de conteúdo específico, enquanto no que respeita ao meio online os utilizadores acabam por ‘ser encontrados’ pela informação, em vez de a procurarem.

A identificação de conteúdo de informação política nos media

Ao falarmos da quantidade de informação relacionada com política nos media, perguntámos aos entrevistados se esta seria, a seu ver, insuficiente, moderada ou em demasia. Embora uma boa parte da amostra considere que haja demasiado conteúdo de informação relacionado com política, os dados apontam para que existam duas ressalvas importantes a fazer: em primeiro lugar, aponta-se para a pouca diversidade nos temas da informação e, em segundo lugar, alerta-se para a necessidade de se ter em conta os contextos temporais em que se insere a avaliação.

Ora, vários entrevistados consideraram que, dependendo do contexto social e político, a informação poderia ser excessiva ou insuficiente, quando comparada com momentos de “normalidade” social e política:

“...não acho que seja muita, é muito... repetida, repetitiva... pronto, é moderada...” (Custódia, grau de ensino até ao 12º ano, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...sempre que se falar num assunto deveria haver um esclarecimento mais intenso...”
(Fernando, grau de ensino até ao 12º ano, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...acho que depende do assunto, acho que é suficiente, mas sempre que há um assunto mais em voga aí sim é uma quantidade excessiva...” (Célia, ensino superior, nascida entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...eu penso que depende das alturas e dos acontecimentos... em determinadas fases passam sempre um só tema, existe uma quantidade exagerada de conteúdo para uma diversidade insuficiente...” (João A., ensino superior, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989)

E há até quem considere que embora exista uma grande quantidade de conteúdo de temas políticos, não serão conteúdos informativos:

“...acho que há cada vez menos conteúdos ligados à política que sejam informativos, são muito opinativos e tendenciosos, portanto diria que a capacidade informativa dos media relativamente à política hoje está praticamente reduzida a zero...” (André, grau de ensino até ao 12º ano, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...conteúdo há imenso, o problema é a falta de formação e o desrespeito pelo código deontológico...” (Gabriel, ensino superior, nascido entre 1990 e 2003).

3.3 REPRESENTAÇÕES SOBRE A POLARIZAÇÃO POLÍTICA

Representações sobre a diversidade ideológica na Assembleia da República

No tópico relativo à diversidade ideológica na Assembleia da República depois da eleição de três novos partidos nas eleições legislativas de 2019, metade dos entrevistados disseram que a eleição desses três deputados refletia uma maior diversidade. Os restantes entrevistados disseram não identificar um aumento na diversidade. No entanto, entre estes últimos houve algumas respostas ambíguas, tendencialmente por considerarem que os partidos eleitos acabam por agregar ideologias pré-existentes no quadro parlamentar:

“...talvez avançasse com a ideia pessoal de que não é uma diversidade ideológica, mas mais uma fragmentação das várias vertentes políticas e ideológicas que já existiam...” (José, ensino superior, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...tenho dúvidas que tenha mais abrangência da presença ideológica no parlamento, talvez haja é uma divisão de alguns grupos parlamentares mais heterogéneos...” (André, grau de ensino até ao 12º ano, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...não vejo necessariamente ideias novas, é mais um agregar de ideias que ainda não tinha sido colocado desta forma e será mais um aprofundar ou destacar de ideologias que já existiam noutros partidos...” (Gabriel, ensino superior, nascido entre 1990 e 2003)

Representações sobre a polarização à esquerda

Ao tentar compreender qual a perceção sobre a polarização à esquerda, nomeadamente através de um hipotético afastamento em relação ao centro dos partidos de esquerda, 13 dos 16 entrevistados consideraram não existir afastamento ideológico nem polarização à esquerda, atribuindo antes o fenómeno do chumbo do Orçamento do Estado a uma falta de consenso e marcação de posição política.

“...não acho que tenha sido uma questão ideológica, acho que foram más decisões políticas que levaram ao chumbo do OE, porque mais vale ter uma voz do que agora acabarem na oposição...” (Gabriel, ensino superior, nascido entre 1990 e 2003)

“...não diria que denotam um afastamento ideológico dos partidos, mas sim uma necessidade de se demarcarem uns dos outros para agradarem ao eleitorado... é mais um reafirmar da ideologia...” (Ângelo, grau de ensino até ao 12º ano, nascido entre 1990 e 2003)

“...não me parece que seja ideológico, acho que é mais de não se entenderem...” (João R., grau de ensino até ao 12º ano, menor de idade a 25 de abril de 1974)

Por outro lado, alguns entrevistados identificaram um afastamento dos partidos de esquerda em relação ao centro, reconhecendo ainda assim que terá sido a falta de consenso o fator decisivo pela situação, com apenas uma entrevistada a não concordar. Vejamos, de seguida, excertos que exemplificam esta dualidade de opinião:

“...acho que talvez haja uma percentagem de militantes que se afastaram por situações que não estavam tão bem, mas foi mais pelo desentendimento...” (Fernando, grau de ensino até ao 12º ano, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...eu entendo que sim, houve um afastamento e vontade de romper, mas não foi propriamente uma radicalização da ideologia...” (Luís, ensino superior, menor a 25 de abril de 1974)

“...eu acho que as ideologias se estão a afastar um bocadinho, sim, uma parte da esquerda está a radicalizar-se um bocadinho, não será só a falta de consensos...” (Mariana, ensino superior, nascida entre 1990 e 2003)

Representações sobre a polarização à direita

Contrariamente ao que se concluiu nas representações sobre a polarização à esquerda, a tendência é para a identificação de um fenómeno de polarização à direita, com dez dos 16 entrevistados a considerarem que o desaparecimento do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP) e o aumento exponencial no número de deputados nos partidos Chega e Iniciativa Liberal reflete exatamente esse fenómeno de polarização.

“...é capaz de haver uma certa polarização à direita... isto é tudo muito vira o disco e toca o mesmo, e a polarização à direita pode ser por isso, tem mais caras novas que a esquerda...” (Maria, ensino superior, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...desapareceu uma direita para aparecer outra, mais extremada talvez, no caso do capitalismo selvagem da Iniciativa Liberal, quanto ao Chega, como não existem opiniões, existem é chavões muito violentos, acabam por ser efetivamente muito extremistas...” (Gabriel, ensino superior, nascido entre 1990 e 2003)

“...acho que denota uma polarização à direita especialmente na parte das políticas económicas...” (Ângelo, grau de ensino até ao 12º ano, nascido entre 1990 e 2003)

“...as pessoas não estão contentes com algumas coisas do governo atual, e então para fugir vão para o extremo oposto, portanto sim, acho que existe alguma radicalização ou polarização à direita...” (Mariana, ensino superior, nascida entre 1990 e 2003)

Ainda assim, há quem atribua o fenómeno mais a uma questão de protesto pelo voto, ou de se tratar de uma renovação das ideias de direita, sem que haja necessariamente uma radicalização.

Na análise destes dados³ concluímos que, embora seja relativamente unânime que não existe uma polarização à esquerda, o mesmo não será verdade à direita, e importa perceber quem identifica esta polarização: dos oito entrevistados com o ensino superior, apenas um não considerou que se verificasse uma polarização à direita; por outro lado, dos oito entrevistados com um grau de ensino até ao 12º ano, os mais novos identificaram polarização

³ Esquematizados na tabela do Anexo G

à direita, assim como uma entrevistada do grupo etário diametralmente oposto. Os restantes cinco afirmaram não verificar este fenómeno ou deram respostas não conclusivas.

3.4 REPRESENTAÇÕES SOBRE A POLARIZAÇÃO POLÍTICA NOS MEDIA

Identificação da representação mediática dos fenómenos políticos

Será também importante perceber se os entrevistados se sentem esclarecidos com a representação mediática destes fenómenos, isto é, se, ao consultarem os media, a informação é suficientemente elucidativa para formar uma opinião ou para interiorizar o significado dos acontecimentos e fenómenos políticos.

Dos 16 entrevistados, nove consideraram que a representação é insuficiente e que falta profundidade na apresentação dos temas, colocando novamente a questão da representação em formato de opinião e não de informação e até colocando o ónus da profundidade nos atores políticos. Destes nove entrevistados, a distribuição etária é uniforme, como em casos anteriores, e, embora haja uma tendência para esta consideração ser feita por indivíduos com o ensino superior completo, a distribuição está equilibrada numa proporção de 5-4:

“...parece-me sem dúvida alguma que os factos nos são apresentados e não são desenvolvidos, e as pessoas criam logo uma opinião...” (Mariana, ensino superior, nascida entre 1990 e 2003)

“...eu acho que a informação tem sido escassa, se calhar para a generalidade da população devia ser mais explicado...” (Célia, ensino superior, nascida entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...eu acho que não é suficiente e que tentam negar isso ao porem vários comentadores supostamente de fações diferentes... acho que quem está representado nos media é sempre o centrão, o PS e o PSD, é só a ideia do que eles querem para o país...” (Marta, grau de ensino até ao 12º ano, nascida entre 1990 e 2003)

“...acho que realmente a informação nem sempre é muito clara...” (Elsa, grau de ensino até ao 12º ano, menor de idade a 25 de abril de 1974)

“...os próprios líderes dos partidos é que às vezes não explicam mais, não digo que seja bem não se perceber as notícias...” (Custódia, grau de ensino até ao 12º ano, maior de idade a 25 de abril de 1974)

Em contraste, só quatro entrevistados consideraram haver uma representação suficiente, um considerou que depende da fonte e um não deu resposta conclusiva. Neste caso, três dos quatro entrevistados concluíram um grau do ensino superior e metade nasceu entre o 25 de abril e o final de 1989. A seguir apresentam-se alguns excertos de resposta referentes a esta questão:

“...é até demasiado falado, acho que é esclarecedor...” (Sónia, grau de ensino até ao 12º ano, nascida entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...eu acho que os media tentam, na medida do possível, transmitir os temas e o que significam... as consequências dos resultados das eleições por exemplo...” (João A., ensino superior, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989).

Um último caso que sobressai nas perceções deste tópico é a ideia de que os media não representam os factos, mas sim criam representações, ao apresentar determinados assuntos a favor de certas forças políticas, consoante o que seja conveniente para o próprio meio de comunicação e também através de um aumento do tempo de antena.

“...acho o contrário, acho que o aparecimento de forças políticas é por influência direta e por opção dos media... o crescimento da Iniciativa Liberal e do Chega são criação direta da comunicação social, pelo domínio que têm hoje no quadro da vida social e económica... e há até um ataque continuado a certos partidos, como é o caso do Partido Comunista Português...” (André, grau de ensino até ao 12º ano, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989)

Representações sobre a tendência para a polarização política nos media em Portugal

As representações da perceção da polarização nos media são bastante equilibradas, divididas entre a existência ou não dessa possível polarização política. Dos 16 entrevistados, oito consideraram que haveria algum grau de favorecimento político e um entrevistado não se sentiu suficientemente informado para dar uma resposta a esta pergunta. Destes, houve um entrevistado que identificou a tendência para favorecimento partidário por parte dos media, mas não estável, antes pelo próprio interesse da estação ou órgão de comunicação social. Vários associaram este favorecimento não a um partido concreto, mas ao espetro governamental.

Não identificamos uma correlação com qualquer um dos eixos do perfil sociodemográfico, sendo que dos que identificaram a polarização, quatro têm um grau de ensino até ao 12º ano e os outros quatro têm um grau de ensino superior completo; dois são do grupo etário de

maiores de idade a 25 de abril de 1974, dois eram menores a 25 de abril de 1974, três nasceram entre o 25 de abril e o final de 1989 e apenas um nasceu entre 1990 e 2003. Abaixo seguem excertos relevantes relativos a esta temática:

“...talvez não seja tão aberto... mas indiretamente sim...” (José, ensino superior, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...a tendência será sempre pelo seu próprio interesse económico e não tanto a nível ideológico...” (André, grau de ensino até ao 12º ano, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...até pode ser por quem está no Governo, que dizem que lhe põem muito dinheiro dos subsídios...” (Custódia, grau de ensino até ao 12º ano, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...sim, sem dúvida, a não ser nos debates, na difusão das notícias claramente existem notícias...” (João A., ensino superior, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...acho que estão completamente instrumentalizados... ainda por cima agora começaram a receber uma data de dinheiro do Governo...” (João R., grau de ensino até ao 12º ano, menor de idade a 25 de abril de 1974)

“...sim, até porque a comunicação social há uns anos atrás quando foi a crise, o Governo subsidiou várias estações televisivas e os subsídios ainda existem... é difícil estar contra quem lhes dá apoio...” (Ana, ensino superior, menor de idade a 25 de abril de 1974)

Havendo uma identificação com partidos, as perceções vão no sentido de associar a estação pública mais com a esquerda/centro-esquerda, Partido Socialista e com o Governo, a SIC/SIC Notícias com a direita/centro-direita e com o PSD, e a TVI/CNN Portugal acaba por ser a mais equilibrada, tendo identificações com as duas alas do bloco central. Desta análise de perceções resulta que, havendo esta preferência ideológica, será numa forma bastante moderada, associada mais aos partidos de centro, e não tanto a polos políticos ou a posições extremistas, conforme se poderá verificar quer na tabela abaixo, quer nos excertos que se apresentam de seguida:

Quadro 3.2 – Número de Associações diretas entre partido ou ala ideológica e meio de comunicação social

| Meio | Direita/Centro-direita | Esquerda/Centro-esquerda | PS | PSD | Governo |
|------------------|------------------------|--------------------------|----|-----|---------|
| RTP1/RTP3 | 1 | 2 | 2 | | 2 |
| SIC/SIC Notícias | 1 | | | 1 | |

| | | | | | |
|-----------------------|---|---|---|---|---|
| TVI/CNN Portugal | 1 | | 2 | 1 | 1 |
| Correio da Manhã/CMTV | | 1 | | | |

“...a SIC dá-me ideia que é um canal que está mais virado para o partido da direita, a TVI e o canal 1 é mais Governo, PS...” (Custódia, grau de ensino até ao 12º ano, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...acho que a SIC tem uma propensão óbvia para o PSD, a RTP por estar intimamente conectada com o Governo e ser pública, mais ao PS, a TVI acaba por alimentar o bloco central, entre o PS e o PSD... no caso da RTP será para o centro-esquerda, mas só vi um governo de direita, do Passos Coelho, e pouco me lembro, admito que possa ser uma propensão governativa...” (Marta, grau de ensino até ao 12º ano, nascida entre 1990 e 2003)

“...acho que por exemplo o Correio da Manhã é muito mais de esquerda, em termos de televisão também, a SIC Notícias e a TVI mais de centro-direita e provavelmente a RTP3 acaba por ser mais do centro, mais equilibrado...” (José, ensino superior, maior de idade a 25 de abril de 1974)

Por outro lado, alguns entrevistados apresentaram argumentos para a sua percepção de que esta tendência preferencial não exista.

“...não... têm mais tendência para falar só sobre um assunto e ver quem dá a notícia primeiro...” (Maria, ensino superior, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...não, tendencialmente não, acho que podemos assumir que haveria, possivelmente, pressões governamentais relativamente à RTP, mas não acho que seja o caso...” (Gabriel, ensino superior, nascido entre 1990 e 2003)

“...não me parece que haja preferência... mesmo a nível dos jornais, não tenho um conhecimento profundo dessa realidade, mas acho que não...” (Luís, menor de idade a 25 de abril de 1974)

Considerações sobre a influência e consequências da polarização nos media na dinâmica política nacional

Sobre a influência e consequências que possam resultar desta polarização, cuja percepção vimos agora ser moderada, dos 16 entrevistados, cinco consideraram que a influência teria efeitos negativos, dois consideraram que os efeitos poderiam ser positivos e dois

consideraram-nos neutros, embora reconheçam a possível existência dessa influência. Os restantes deram respostas não conclusivas.

Uma análise que pode ser feita em correlação com o perfil sociodemográfico dos entrevistados é a de que, entre aqueles que completaram o grau do ensino superior, só um deu uma resposta conclusiva pela positiva ou negativa, dois responderam pela neutralidade, e cinco dos oito, deram respostas não conclusivas; por outro lado, dos entrevistados com um grau de ensino até ao 12º ano, seis deram uma resposta conclusiva pela positiva ou negativa e só dois deram respostas não conclusivas. Dos sete entrevistados que deram respostas conclusivas pela positiva ou negativa, todos os que responderam pela negativa completaram um grau de ensino até ao 12º ano.

Sobre a influência positiva, foi argumentado que poderá levar a mais discussão e troca de ideias, o que contribuirá para o desenvolvimento da democracia em si e porque são apresentadas ideias diferentes daquelas difundidas pelo Governo, conforme se poderá ver abaixo:

“...é capaz de ter uma influência até positiva, porque leva as pessoas a dialogarem sobre o tema e acaba por ser positivo para a sociedade em si, pelo menos as pessoas estão atentas, podem trocar ideias e tudo isso acaba por ser benéfico e uma mais-valia para o espectro político, enquanto que se as pessoas ficarem apáticas e não discutirem ideias acabam por não ser um contributo para a democracia em si...” (José, ensino superior, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...acho que será positivo porque neste caso, o PS tem maioria absoluta e se não houve outras vozes acabamos por cair naquele... só eles é que mandam e acho que é bom ouvir-se todas as vozes...” (Elsa, grau de ensino até ao 12º ano, menor de idade a 25 de abril de 1974)

Pela negativa, os argumentos passam pela crença de que a polarização poderá resultar na manipulação da opinião pública, levando a uma opinião pouco informada decorrente quer da falta de interesse dos cidadãos, quer do privilégio do espectro governamental em transmitir a sua opinião de forma incontestada:

“tem um impacto negativo para a dinâmica política em Portugal porque passa a ser altamente manipulada e a comunicação social em vez de informar para a formação de opinião, forma opinião para desinformar” (André, grau de ensino até ao 12º ano, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...diria que é negativo, o português médio não procura informar-se em muitos sítios diferentes e acaba por ficar na primeira ou segunda opinião que vê...” (Ângelo, grau de ensino até ao 12º ano, nascido entre 1990 e 2003)

“...negativo, o mais possível, as pessoas só ouvem basicamente o que o Governo quer que elas oiçam e da forma que querem que elas oiçam...” (João R., grau de ensino até ao 12º ano, menor de idade a 25 de abril de 1974)

Considerações sobre a isenção mediática em temas de política

Relativamente à existência de um esforço ativo dos media pela isenção, no que concerne a assuntos de política, as respostas foram mais uma vez divididas 8-8. Contudo, há alguma análise que pode ser feita sobre a distribuição das perceções: nos entrevistados com um grau de ensino até ao 12º ano mais pessoas responderam que não identificam um esforço ativo pela isenção, enquanto nos entrevistados com um grau completo do ensino superior foram mais os indivíduos que identificaram um esforço ativo nesse sentido. Da mesma forma, relativamente aos grupos etários, todos os entrevistados nascidos entre 1990 e 2003 consideraram não existir um esforço ativo pela isenção, mas três dos quatro entrevistados que eram maiores de idade no 25 de abril conseguem identificar a isenção.

Os entrevistados que identificaram o esforço pela isenção ressaltam que o esforço poderá nem sempre ser bem conseguido, mas que está lá, e destacam a qualidade dos profissionais da comunicação social.

“...eu acho que temos muito bom jornalismo, às vezes há é uns que batem sempre ali no mesmo...” (Fernando, grau de ensino até ao 12º ano, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...gosto de pensar que são isentos, que fazem um esforço, que o consigam é outra questão, mas quero acreditar que fazem esse esforço e têm esse cuidado, mesmo que nem sempre seja bem conseguido no fim...” (Célia, ensino superior, nascida entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...sim, parece-me que sim, acho que existe um grande esforço, até por exemplo com as alterações nas regras dos debates, mais convites para entrevistas, penso que existe um esforço real...” (João A., ensino superior, nascido entre o 25 de abril e o final de 1989)

“...sim, eu acredito que há isenção no profissional da comunicação social...” (Luís, ensino superior, menor de idade a 25 de abril de 1974)

Por outro lado, quem identifica a falta de isenção invoca a existência de um esforço para fazer valer a sua perspetiva, com a propensão para a opinião mais do que para a informação, e o facto de não ser uma falta de isenção recente:

“...eu acho que estão a falhar muito e não é só de agora, não há assim tanto esforço e lá está, há uma guerra para chegar primeiro e dar mais notícias, não há grande esforço no sentido de informar...” (Maria, ensino superior, maior de idade a 25 de abril de 1974)

“...na minha opinião tenho assistido ao contrário, alguns meios querem demarcar-se ativamente de certas ideologias, esquecendo um bocadinho a isenção jornalística...” (Ângelo, grau de ensino até ao 12º ano, nascido entre 1990 e 2003)

“...eu não noto um esforço no sentido da isenção, noto um esforço de cada um a querer dar a sua opinião e a querer fazê-la vencedora ao ponto de querer convencer os outros de que têm razão...” (Marta, grau de ensino até ao 12º ano, nascida entre 1990 e 2003)

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo faremos uma análise e discussão dos resultados obtidos nas entrevistas à luz da revisão de literatura feita na primeira parte deste trabalho.

4.1 A POLARIZAÇÃO POLÍTICA: À DIREITA E À ESQUERDA

Estudámos, nas entrevistas realizadas, a polarização ideológica, tal como descrita por Kubin e von Sikorski (2021) e abordada na revisão de literatura desta dissertação. Os resultados corroboram, de certa forma, o que aqueles autores afirmam: os entrevistados identificam algum grau de polarização política – à direita –, confirmando a ascensão da polarização política defendida pelos autores.

Na análise das entrevistas, concluímos que 13 dos 16 entrevistados não consideraram existir polarização política à esquerda, mas 10 dos 16 entrevistados identificaram-na à direita. Tais resultados prestam-se a diversas interpretações. Por um lado, podem indicar que os entrevistados identificam mais facilmente uma polarização à direita por esta constituir uma rutura com o passado recente, pós-revolução, em que uma viragem à direita está menos normalizada do que uma polarização à esquerda. Por outro lado, como nos dizem Hallin e Mancini (2004), a complexa estrutura política dos sistemas pluralistas polarizados pode levar a que a grande variedade de partidos políticos crie divisão dentro dos próprios partidos, existindo *nuances* diversas de polarização, tanto à direita, como à esquerda, no seu seio, assim dificultando a sua clara identificação. O que verificámos, com algum grau de certeza, foi que os entrevistados identificaram uma tendência para o afastamento dentro das alas ideológicas tradicionais de direita-esquerda, apontando a falta de consenso como principal causa dos resultados eleitorais.

4.2 A DIVERSIDADE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E O PLURALISMO

A diversidade na Assembleia da República e o seu reflexo no pluralismo político dividiu os entrevistados. Hallin e Mancini (2004) identificaram, na consolidação tardia das democracias pertencentes ao modelo mediterrânico, um rumo de pluralismo político. Esta posição é confirmada por metade dos entrevistados que considera encontrar, na nova composição parlamentar, uma variedade mais abrangente de ideologias e orientações políticas. Contudo,

entre os restantes, acabaram por ser identificadas percepções opostas de que os partidos recém-eleitos em 2019 constituiriam apenas um aglomerado de ideologias já presentes na composição da Assembleia da República.

4.3 TENDÊNCIAS DE POLARIZAÇÃO, INSTRUMENTALIZAÇÃO E ISENÇÃO DOS MEDIA

Ao abordar as questões da polarização dos media, os resultados mostram que metade dos entrevistados considera existir algum grau de tendenciosidade política, mas, da mesma forma, as percepções dividem-se rigorosamente ao meio quando se questiona sobre o esforço ativo que os media fazem pela isenção.

Será de interesse ainda confrontar um dado específico da identificação da polarização com a literatura analisada: os entrevistados identificam favorecimentos essencialmente para com o bloco central – esquerda/centro-esquerda no caso da RTP e direita/centro-direita no caso da SIC/SIC Notícias, descrevendo a TVI/CNN Portugal como tendenciosa para com o bloco central mas sem escolha óbvia entre as duas alas –, fenómeno aliás coincidente com o descrito por Popescu *et al.* (2012, em Santana-Pereira, 2016), que identificaram os canais públicos como tendenciosos a favor do governo, ou pró-socialistas, e os privados com uma inclinação mais à direita.

4.4 A REPRESENTAÇÃO DOS FENÓMENOS POLÍTICOS

Os media são uma fonte essencial de acesso à informação política para grande parte dos cidadãos e a complexidade das questões políticas tendem a não fazer parte do seu quotidiano. Por isso mesmo, vários estudos sublinham os benefícios que os media trazem à sociedade, contribuindo para o aumento da consciência política da população (Santana-Pereira, 2016). Contudo, autores como Robinson (1976) e Putnam (1995) (em Santana-Pereira, 2016) apontam alguns potenciais problemas nesta essencialidade dos media, tais como o decréscimo da confiança da população nas instituições, ou então o decréscimo da identificação política, a par de uma falta de compreensão dos conteúdos políticos transmitidos pelos media devido a um fluxo de informação demasiado rápido para o consumo (Newton, 2006 em Santana-Pereira, 2016).

Tendo em consideração a importância que os media têm na vida e participação política dos portugueses, os entrevistados consideraram, numa parca maioria – nove em 16 –, que a

representação dos fenómenos políticos é insuficiente em termos de quantidade e de aprofundamento dos temas, sendo que apenas quatro dos entrevistados apontaram a representação nos media como suficiente.

Esta página foi deixada propositadamente em branco

CONCLUSÕES

Para a conclusão deste projeto, sobra verificar o cumprimento dos objetivos específicos, definidos no plano de investigação, identificar as limitações ao estudo e responder à pergunta que colocámos ao iniciar o nosso trabalho: qual a perceção da população portuguesa sobre a existência de polarização política dos media?

O conceito de media e a utilização pessoal dos media, explorados nas entrevistas realizadas, relevam para os objetivos estabelecidos, bem como as considerações sobre a presença de conteúdo de informação sobre temas de política, na medida em que nos dão um melhor entendimento da relação dos entrevistados com os media, permitindo-nos interpretar os resultados à luz dessa relação.

O primeiro objetivo específico que estabelecemos foi o de identificar as representações dos entrevistados sobre a polarização na dinâmica política.

Verificámos que os entrevistados não identificam, na sua larga maioria, polarização à esquerda, nem afastamento ideológico no sentido da radicalização, mas antes consideraram que os fenómenos de rutura se devem mais a uma falta de consenso e a uma necessidade de reafirmação ideológica.

Já no caso da polarização à direita, a tendência de perceções inverte-se. Dos 16 entrevistados, 10 consideraram que o desaparecimento do CDS-PP e o aumento significativo de deputados eleitos, tanto pelo Chega como pela Iniciativa Liberal, evidenciam uma polarização à direita.

O segundo objetivo consistia em averiguar o que os entrevistados pensavam sobre o esclarecimento dado pelos media em assuntos relativos à dinâmica da política nacional. Embora as respostas tenham sido bastante equilibradas, nove dos 16 entrevistados consideraram que a representação dos fenómenos políticos nos media é insuficiente e que não são abordados com a profundidade necessária.

Para o terceiro objetivo, procurámos a identificação, por parte dos entrevistados, de tendências de polarização nos media em Portugal. Neste tópico, os resultados que obtivemos são equilibrados, sendo que metade (oito) dos entrevistados consideraram existir algum grau de favorecimento político, embora alguns indivíduos tenham referido a polarização como sendo de carácter flutuante quanto ao espectro político, podendo traduzir-se num favorecimento mais ligado ao poder governativo do que a uma ideologia política. Dentro da

análise específica das perceções que ligam meios a ideologias, concluímos que, havendo preferência por um determinado conjunto de valores ideológico, esta corresponderá a uma polarização relativamente moderada, associada aos partidos de centro.

As representações relativas ao esforço de isenção nos media acabam por ir ao encontro das respostas obtidas quanto à polarização dos media: oito dos entrevistados consideraram existir um esforço ativo em prol da isenção, enquanto os restantes oito não reconheceram a existência desse esforço.

Para terminar a análise dos objetivos específicos, o nosso quarto objetivo consistia em perceber se existe uma relação a ser estabelecida entre o perfil sociodemográfico dos entrevistados e as perceções que estes têm sobre a polarização política dos media e os fenómenos adjacentes.

No caso da polarização política, à esquerda, é praticamente universal a opinião de que não existirá polarização. Contudo, não poderemos dizer o mesmo sobre as perceções da polarização à direita. Dos oito entrevistados com o ensino superior, apenas um não considerou que se verificasse uma polarização à direita; por outro lado, dos oito entrevistados com um grau de ensino até ao 12º ano, só os mais novos e uma entrevistada do grupo diametralmente oposto identificaram polarização à direita.

No que toca à representação nos media, não se estabelece relação entre o perfil sociodemográfico e a consideração de que a representação seja insuficiente: a distribuição pelos grupos etários é uniforme e a distribuição pela escolaridade também está equilibrada, com cinco entrevistados com um grau de ensino superior e quatro com um grau de ensino até ao 12º ano. Por outro lado, dos quatro entrevistados que consideraram haver representação suficiente, três concluíram um grau de ensino superior.

Seria possível levantar a questão da literacia mediática, refletindo sobre o papel que o nível de escolarização tem na determinação dos níveis de literacia em Portugal (Ávila, 2005), conforme analisado anteriormente, por forma a se perceber se um maior nível de literacia permitiria uma melhor compreensão das representações mediáticas e, por isso, considerá-las suficientes. Contudo, dos oito entrevistados com um grau de ensino superior completo, apenas três acham suficiente a representação dos fenómenos políticos nos media, e, por outro lado, dentro daqueles que a consideram insuficiente não parece haver correlação direta entre o nível de escolaridade e a perceção da deficiência na representação de fenómenos políticos nos media.

Quanto à identificação de tendências de polarização dos media, não identificámos correlações com qualquer um dos eixos ou interseções dos perfis sociodemográficos traçados, conforme a distribuição descrita na parte da análise de resultados.

Por fim, relativamente à isenção, podemos encontrar algumas tendências de percepções: a maioria dos entrevistados com um grau de ensino até ao 12^o ano não considerou existir um esforço ativo em prol da isenção, uma tendência que se inverte quando falamos dos entrevistados com um grau do ensino superior. Além do mais, todos os entrevistados nascidos entre 1990 e 2003 consideraram não existir um esforço ativo no sentido da isenção.

No respeitante às limitações ao nosso estudo, o principal problema foi o da identificação de indivíduos para a participação nas entrevistas em alguns escalões etários, nomeadamente os maiores de 18 anos à data da Revolução. Por outro lado, tornou-se patente, na análise dos resultados das entrevistas, que a resposta à nossa pergunta não seria óbvia. Pela sua especificidade, o tema escolhido enquadra-se no âmbito de obras e enquadramentos conceptuais aqui abordadas. No entanto, a revisão de literatura que nos foi possível aproveitar acabou por ser mais escassa do que seria ideal.

A resposta à nossa pergunta inicial acaba por ser ambígua, já que as percepções se dividem a meio. Não deixa por isso de ser uma conclusão interessante, já que parece sustentar a tese de Álvares e Damásio (2013) no que toca à prevalência dos media *catch-all*, que, dando voz a ideologias diversificadas, também permitem uma interpretação mais ampla da tendência ideológica ou falta dela.

Esta página foi deixada propositadamente em branco

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álvares, Cláudia e Manuel José Damásio (2013), “Introducing social capital into the “Pluralist Polarized” model: The different contexts of press politicization in Portugal and Spain”, *International Journal of Iberian Studies*, 26 (3), pp.133-153.
- Ávila, Patrícia (2005), *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade Do Conhecimento*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Departamento de Sociologia, ISCTE-IUL.
- Brüggemann, Michael et.al (2014), “Hallin and Mancini Revisited: Four Empirical Types of Western Media Sysytems”, *Journal of Communication*, 64(6), pp. 1037-1065.
- Cádima, Francisco Rui (2010), “Media e democracia em Portugal”, *Verso e Reverso*, (Online), 24 (55), pp.11-17.
- Correia, João Carlos (2002), “Cidadania, Comunicação e Literacia Mediática”, *Rastros: Revista do Núcleo de Estudos em Comunicação*, (Online), 4, pp. 31-42.
- Costa, António Firmino da (2008), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa, Celta Editora (2ª edição).
- Eleições Legislativas (30.01.2022), <https://www.legislativas2022.mai.gov.pt/resultados/globais> (acedido a 5 de outubro de 2022).
- Etikan, Ilker, Sulaiman Abubakar Musa e Rukayya Sunusi Alkassim (2016), “Comparison of Convenience Sampling and Purposive Sampling”, *American Journal of Theoretical and Applied Statistics*, 5 (1), pp. 1-4.
- Farrokhi, Farahman e Asgar Mahmoudi-Hamidabad (2012), “Rethinking Convenience Sampling: Defining Quality Criteria”, *Theory and Practice in Language Studies*, 2 (4), pp. 784-792.
- Hallin, Daniel C. e Paolo Mancini (2004), *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hallin, Daniel C. e Paolo Mancini (2010), “«Comparing Media Systems»: A Response to Critics”, *Media & Jornalismo* n. 17, 9 (2), pp. 53-67
- Kamerer, David (2013), “Media Literacy”, *Communication Research Trends*, (Online), 32 (1).

- Kubin, Emily e Christian von Sikorski (2021), "The role of (social) media in political polarization: a systematic review", *Annals of the International Communication Association*, (Online), 45 (3), pp.188-206.
- Lopes, Paula (2011), "Literacia(s) e literacia mediática", CIES e-working paper n.º 110. CIES-IUL, Lisboa: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP110_Lopes.pdf.
- Prior, Markus (2013), "Media and Political Polarization", *Annual Review of Political Science*, (Online), 16, pp.101-127.
- Resende, Rui (2016), "Técnica de Investigação Qualitativa: ETCl", *Journal of Sport Pedagogy & Research*, (Online), 2 (1), pp.50-57.
- Santana-Pereira, José (2016), "The Portuguese media system and the normative roles of the media: a comparative view", *Análise Social*, 221,1.1 (4.º), pp.780-801.
- Santana-Pereira, José e Pedro Diniz de Sousa (2017), "Media e política na Europa do Sul: um mesmo pluralismo polarizado?", *Variedades da democracia na Europa do Sul, 1968-2014*, pp.195-223.
- Stratton, Samuel J. (2021), "Population Research: Convenience Sampling Strategies", *Prehospital and Disaster Medicine*, 36 (4), pp.373-374.
- OECD Canadá (2000), *Literacy in the Information Age: Final Report of the International Adult Literacy Survey*. Paris: OECD Publications Service.
- Vala, Jorge (1986), "A análise de conteúdo", em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

Esta página foi deixada propositadamente em branco

ANEXOS

Anexo A

Guião de Entrevista

O objetivo geral da entrevista é perceber de que forma o entrevistado percebe os fenómenos dos media como a polarização política ou inclinação partidária, a partir da sua interpretação de fenómenos políticos reportados nos media.

1. Identificação do Entrevistado

1.1. Nome

1.2. Data de nascimento

1.3. Género

1.4. Nível de escolaridade

2. Utilização pessoal dos media

2.1. Para si, o que são os média/media?

2.2. Dentro daquilo que considera serem os media, quais são aqueles que considera estarem mais presentes na sua vida? Televisão, rádio, online, imprensa....

2.3. Entende que no meio de comunicação social mais presente no seu quotidiano existe pouca, muita ou uma quantidade moderada de conteúdo e informação relacionada com política (nacional e internacional)?

3. Representações sobre Polarização Política e Polarização Política nos Media

3.1. Em 2019 três novos partidos passaram a ter representação na Assembleia da República: Livre, Iniciativa Liberal e Chega. Acha que isto reflete uma maior diversidade ideológica no Parlamento?

3.2. Recentemente, no final de 2021 o Orçamento de Estado apresentado pelo PS foi chumbado, depois de 6 anos de “Geringonça”. Considera que pode ser um sinal de afastamento ideológico dos partidos que faziam parte da solução governativa?

3.3. Ainda relativamente à não viabilização do Orçamento por parte do Bloco de Esquerda e do PCP, que levou mesmo à dissolução do parlamento, será este um sinal de maior radicalização da esquerda ou apenas uma falta de consenso entre os partidos?

3.4. À Direita, temos testemunhado nos últimos anos, que o CDS-PP tem vindo a perder terreno para outros partidos como o Chega e a Iniciativa Liberal. Esta perda de eleitorado resultou no desaparecimento do partido, que tinha assento parlamentar desde a Revolução.

Acha que este desaparecimento e o aumento de 1 para 12 deputados do Chega, e de 1 para 8 deputados da Iniciativa Liberal demonstram uma polarização mais acentuada à Direita?

3.5. Acha que estes fenómenos de que falámos têm sido suficientemente representados nos media?

3.6. Consegue identificar nos media em Portugal, dentro daqueles que mais utiliza, uma tendência para esta polarização? Certos meios que preferenciam certos espectros políticos?

3.7. Tem memória de algum evento/episódio específico em que tenha identificado esta polarização?

3.8. Caso considere que existe uma polarização política nos media atualmente, considera que esse fenómeno é positivo, negativo, ou neutro para a vida e dinâmica política em Portugal?

3.9. Caso considere que esta polarização não existe, acha que existe um esforço ativo dos media no sentido da isenção em questões políticas?

Anexo B

CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDOS DE INVESTIGAÇÃO (de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo)

Título do estudo: A Perceção da Polarização Política dos Media em Portugal

Enquadramento: Recolha de dados qualitativos para inclusão em dissertação de Mestrado, no ramo de Jornalismo e Media, inserido no Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, orientada pela Doutora Cláudia Álvares, a decorrer no ISCTE-IUL, em Lisboa.

Explicação do estudo: Neste estudo conduziremos uma entrevista em que pretendemos perceber de que forma o entrevistado percebe os fenómenos dos media como a polarização política ou inclinação partidária. Por facilidade e fiabilidade da recolha de dados, a entrevista será gravada. Os sujeitos foram escolhidos com base na sua data de nascimento e na sua escolaridade, para um universo total de 16 entrevistados.

Condições e financiamento: Para este projeto não está adjudicado qualquer tipo de financiamento. Não existe qualquer tipo de remuneração ou contrapartida para a participação no mesmo. A participação neste estudo será por isso de carácter voluntário.

Confidencialidade e anonimato: Não faz parte dos objetivos deste trabalho aferir qual o sentido de voto dos sujeitos. Os dados recolhidos serão tratados exclusivamente pela mestranda, com a supervisão da sua orientadora, garantindo a sua confidencialidade. Com o consentimento de participação utilizaremos no trabalho final os seguintes dados de cada sujeito:

- Nome: apenas o primeiro nome, e se necessário a primeira letra do apelido, para diferenciação entre sujeitos;
- Data de nascimento: localização da idade do sujeito dentro dos quatro grupos etários definidos para este estudo (1: nascidos até 24 de Abril de 1956, 2: nascidos entre 25 de abril de 1956 e 24 de Abril de 1974, 3: nascidos entre 25 de abril de 1974 e 31 de dezembro de 1989 e 4: nascido entre 1 de janeiro de 1990 e 31 de dezembro de 2003);
- Género;

- Nível de escolaridade: dentro dos dois grupos estabelecidos para este estudo (até ao 12º ano do ensino secundário e ensino superior)

Este estudo será conduzido pela mestranda, Inês Alexandra de Albuquerque Quintão de Freitas Leal, que frequenta o segundo ano do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação no ISCTE-IUL, em Lisboa. Para contacto com a mestranda poderá recorrer aos seguintes contactos: +351 912 946 752; ines.freitasleal@gmail.com.

Por favor, leia com atenção a informação acima. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, assine este documento.

Assinatura de quem pede consentimento:

Inês de Freitas Leal

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária e gratuita forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Nome:

Assinatura: _____ Data: ____ / ____ / _____

Este documento é composto por 2 (duas) páginas, assinado na última página e rubricado nas restantes, e feito em duplicado, destinando-se uma via a cada outorgante (uma para a investigadora e outra para a pessoa que consente na participação no projeto e na utilização dos seus dados para o mesmo).

Anexo C

Análise das entrevistas

| Tema | Ana | André | Ângelo | Célia |
|---|--|--|--|--|
| Conceitos de media | Os meios de comunicação social, meios de comunicação audiovisuais, as redes sociais. Deu o exemplo de jornais online, televisão, vídeos, rádio, jornais físicos. | As formas de comunicação, que podem ser transmissão de conhecimento, cultura, divulgação de atividade desportiva, entre outras. | Considera serem os meios concertados de difusão de informação. | Os meios de comunicação social, televisão, jornais, rádio, os sites online. |
| Utilização pessoal dos media | Utiliza principalmente os jornais online e a televisão, ouve rádio no carro no caminho para o trabalho, mas principalmente para entretenimento. Os canais nacionais que mais consome para informação são a RTP2, SIC Notícias e RTP3. | Utiliza a imprensa online, a rádio e finalmente a imprensa física, também menciona a televisão, mas com menos frequência. Os canais de preferência são os jornais Público e Expresso na versão online, e a página Sapo, na televisão, a SIC Notícias. | Consome principalmente jornais online, por sugestão do motor de pesquisa mais do que por pesquisa de um jornal específico. | Atualmente consome mais jornais online por força da atividade laboral, mas também a televisão em casa. Acompanha a RTP1, a Sábado e a Visão online, em termos de sites noticiosos consulta-os por sugestão do motor de pesquisa. |
| Identificação de conteúdo de informação política nos media | Considera que na RTP2 existe uma quantidade suficiente de conteúdo de informação política, mas na SIC e na RTP3 por vezes será um pouco excessivo. Contudo, admite que esse excesso poderá depender do momento ou de um evento específico | Considera que cada vez há menos conteúdos ligados à política que sejam informativos, por isso serão insuficientes. Na sua opinião, os conteúdos políticos são muito opinativos e tendenciosos. | Considera que existe uma quantidade suficiente de conteúdo relacionado com política, embora por vezes tenda para o excesso. | Depende do assunto, geralmente acha que será suficiente, mas quando há um tema de maior destaque será excessiva a quantidade de conteúdo. |
| Diversidade ideológica na Assembleia da República | Considera que a eleição de novos partidos reflete maior diversidade na Assembleia da República, com a salvaguarda de que tem algumas dúvidas, porque por vezes lhe parecem mais ser fações de partidos já existentes, mas com entendimentos diferentes. | Tem dúvidas sobre o aumento da diversidade ideológica na Assembleia da República. Inclina-se mais para a divisão de grupos parlamentares pré-existentes e mais heterogêneos, que ganharam representatividade por especificidade de temas em destaque e não tanto por diferenças ideológicas. | A eleição de novos partidos para a Assembleia da República reflete mais diversidade ideológica, mas com a ressalva de que por vezes acabam por ser extremos ou variações de ideais que tinham menos representação. | Considera que existe uma tentativa de diversificar as ideologias presentes na Assembleia da República, mas acha que, pelo menos nas eleições de 2019 não teve reflexo efetivo pelo número que deputados eleitos. |
| Polarização à esquerda | Tem dificuldade em dizer se o afastamento será ideológico, porque não lhe parece que o Bloco de Esquerda e a CDU tenham mudado em termos ideológicos. Considera que talvez seja antes uma questão mais prática, em que o Partido Socialista viu uma oportunidade de governar e uma predisposição das pessoas para formar governo face à ameaça de um governo de direita. | Não considera que tenha havido afastamento ideológico entre os partidos da esquerda, mas sim uma alteração de contextos entre as legislaturas de 2015 e 2019, tanto a nível social como económico. Será mais uma divergência de pontos de vista e de soluções económicas, mas não considera que exista polarização de nenhum dos partidos. | Não acha que exista um afastamento ideológico dos partidos, mas sim uma necessidade de demarcação ideológica entre os partidos que faziam parte da solução governativa. | Considera que foi mais uma tomada de posição dos partidos da esquerda do que uma divergência ideológica ou radicalização. O extremismo foi mais pela inflexibilidade e não tanto pela alteração de ideologias. |
| Polarização à direita | Considera que o CDS é um partido de direita, mas mais moderado, ao contrário do Chega que é mais radical, e que este último surge em resposta à falta de soluções para as expectativas e ansiedades dos eleitores. Para si, a Iniciativa Liberal será mais um escape para uma população mais jovem e informada, mas que não quer recorrer ao radicalismo, ao passo que no caso do Chega já vê nesse partido uma extrema-direita. | Parece-lhe ser mais uma substituição na continuidade, pela saturação da população, acreditando que o aparecimento destas novas forças políticas se deve mais a essa saturação do que a diferenças ideológicas efetivas. Considera-os como sucedâneos de um Partido Social Democrata em decréscimo e de um CDS que desapareceu. | Na sua opinião, existirá uma polarização à direita com a eleição dos dois novos partidos e o desaparecimento do CDS, especialmente no que diz respeito às políticas económicas. | Associa o crescimento da direita à saturação do que tem sido dado em termos de soluções. Acrescenta que lhe parece ser uma direita diferente do CDS, que não se substituem, mas confessa que não conhece o suficiente sobre os partidos. |
| Representação mediática dos fenómenos políticos | Na sua opinião, os temas são suficientemente bem representados nos media. O problema que identifica é o da falta de interesse e literacia, a incapacidade de | Não só acha que a representação é insuficiente como acredita que os media influenciam propositadamente a dinâmica política, ao darem | Acha que depende do meio de comunicação, sendo que considera que cada espectro político está bem representado porque acaba por haver uma tendência | Acha que a informação tem sido escassa porque a generalidade da população poderá não compreender |

A Perceção da Polarização Política dos Media em Portugal

| | | | | |
|--|---|---|--|---|
| | interpretar aquilo que estão a ouvir, colocando até a questão se será de facto um ónus dos media o de usar uma linguagem e simplificação dos factos, ou se deve investir-se mais na literacia, tem dúvidas sobre qual a melhor solução. | palco em momentos chave aos partidos que lhes convém ver ascender, pelos seus motivos, normalmente de índole económica. | de sobre-representação em certos meios e sub-representação noutros. | a fundo os fenómenos políticos do aparecimento de certos partidos e do seu crescimento. |
| Tendências de polarização política nos media | Considera existirem tendências políticas nos media, mas não consegue identificar especificamente. Lembra que o Governo subsidiou e subsidia os meios de comunicação social, que têm graves dificuldades económicas e que por isso poderá haver certas tendências para dar mais destaque ao Governo e ao espectro político governamental, em detrimento dos restantes atores políticos. | A tendência, crê, não será tanto num sentido ideológico, mas sim na persecução dos próprios interesses económicos dos meios de comunicação social, que utiliza a sua influência para construir o quadro político como lhe faz falta em determinado momento. | Embora identifique que esta tendência existe, não associa diretamente uma ideologia ou espectro político a um meio de comunicação. | Daqueles que vai lendo, não consegue identificar, mas admite que existirá uma tendência em alguns momentos. Conjetura que haverá uma preferência por notícias mais a favor do Governo, mas não sabe se será uma tendência para o poder governante ou pela ideologia do Governo atual. |
| Influência e consequências da polarização nos media | Acredita que os media têm influência na dinâmica política nacional, porque os meios de comunicação social em massa, como a televisão, chegam facilmente às pessoas e muitas vezes será essa a única fonte que têm, mas ressalva que nos tempos atuais poderá não ser assim tão relevante num panorama geral, com a generalização do uso da internet e o acesso mais fácil à informação noticiosa. | Na sua opinião, esta influência tem um impacto negativo na dinâmica política nacional, já que passamos a testemunhar uma forte manipulação das massas. Em vez de informarem para a formação de uma opinião, dão uma opinião para desinformar. | A influência que esta tendência terá na dinâmica política será negativa porque, na sua opinião, o português médio não procurará informar-se em várias fontes e acaba por tender para o lado do meio que mais consumir. | |
| Isenção dos media em temas de política | Acredita que os meios de comunicação social fazem um esforço no sentido da isenção, mas sublinha que a questão do poder económico e da falta de autonomia financeira é um problema grave e por vezes pode comprometer essa isenção. | Diz que há um esforço ativo, mas é pela parcialidade política. Um esforço ativo e determinado. | Acha que existe o oposto da isenção, já que, na sua opinião, os meios de comunicação tentam ativamente demarcar-se de certas ideologias políticas esquecendo a isenção. | Gosta de pensar que são isentos e fazem um esforço, mas admite que por vezes não conseguirão atingir essa isenção. |

Anexo D

Análise das Entrevistas (Continuação)

| Tema | Custódia | Elsa | Fernando | Gabriel |
|---|--|--|--|--|
| Conceitos de media | Define os media como as pessoas do meio jornalístico, entrevistadores, meios de comunicação social, mas também o entretenimento. | Para si, são a televisão, rádio e hoje em dia também as redes sociais. Acrescentou depois que também os jornais farão parte dos media. | Considera que os media são todos e quaisquer órgãos de informação a se possa aceder para analisar essa mesma informação. | Considera que os media são um engodo e meios massivos de subversão da população. |
| Utilização pessoal dos media | Antes da pandemia lia o Correio da Manhã e o Diário de Notícias a que acedia gratuitamente no café que frequentava. Atualmente prefere o Expresso e o Jornal de Negócios. Na televisão tem preferência pela RTP1 e pela SIC, principalmente pelos comentadores. Também consulta jornais online, sugeridos pelo separador do Google Notícias. | Consome essencialmente televisão e jornais online, e também acompanha as redes sociais de diversos meios de comunicação social. Dá preferência à TVI, à SIC, e em termos de jornais online é por sugestão do motor de pesquisa. | Consome essencialmente televisão, dando preferência à SIC e à TVI, mas acrescenta que acaba por tentar ver um pouco de todos os canais para poder fazer o seu próprio juízo sobre a aproximação das notícias à factualidade. | Por princípio, tenta evitar todos, mas acaba por consultar algumas notícias online, por sugestão do motor de pesquisa, ressalvando que procura ao máximo não ler sobre política. |
| Identificação de conteúdo de informação política nos media | Considera que existe uma quantidade moderada de conteúdo de política, mas que a diversidade é insuficiente. | Sobre política diria que há uma quantidade moderada de notícias, mas como não é o tipo de conteúdo que consome preferencialmente não afirma com certeza. | Considera que em certas alturas era necessário haver uma maior cobertura dos acontecimentos, e de forma mais consistente ao longo do ano. | Conteúdo há muito, mas evita-o por considerar que desrespeita o código deontológico dos jornalistas. |
| Diversidade ideológica na Assembleia da República | Diz que há mais diversidade agora na Assembleia da República e que essa diversidade é até necessária, para que a política não fique sempre centrada nos mesmos partidos | Acredita que a diversidade cresceu na Assembleia da República e que foram abertas novas portas, essencialmente porque as pessoas estão descontentes e se identificaram com estes novos partidos. | Não acha que exista obrigatoriamente uma maior diversidade, mas sim uma divergência em certos pontos dos partidos já existentes e uma ambição em estar representado, que resultam no aparecimento destes novos partidos. | Não acha que exista necessariamente uma diversificação das ideologias, mas mais um agregar de ideias que ainda não tinha sido tentado, bem como o aprofundar ou destacar de ideologias que já existiam noutros partidos. |
| Polarização à esquerda | Acha que houve uma falta de entendimento, e que os partidos realmente se afastaram, não no sentido de uma polarização à esquerda, mas numa aproximação do Partido Socialista mais ao centro. | Considera que os partidos de esquerda esperavam conseguir levar as suas ideias avante, e que ao pressionarem o Partido Socialista, terão agido irrefletidamente e que não correu bem. Em geral, considera que terá sido mais uma falta de consenso do que afastamento ideológico ou radicalização. | Considera que a esquerda se desmembrou, e que houve um desentendimento entre os partidos. Mesmo que alguns militantes se tenham afastado ideologicamente, considera que não houve um afastamento dos partidos em si e que terá sido mais uma falta de consenso. | Não considera que haja um afastamento ideológico, mas sim uma tentativa de forçar as suas ideias que correu mal porque o Partido Socialista fez um <i>bluff</i> bem-sucedido e neste momento os restantes partidos da esquerda perderam o poder de decisão que iam tendo nos últimos 6 anos. |
| Polarização à direita | Crê que talvez os partidos novos sejam um pouco mais à direita que o CDS, mas ressalva que são pessoas novas e com outras ideias por isso ainda não tem uma opinião bem formada sobre o assunto. | Não se sente informada para comentar, mas acrescenta que o facto de o Chega dar opiniões que “muita gente não diz, mas pensa” terá custado votos ao CDS. | Acha que é importante que haja oposição para forçar a transparência, seja à esquerda ou à direita, associa o aparecimento do Chega à situação económica difícil que o país vive, mas não o identifica como uma polarização à direita. | Parece-lhe que é um renovar da direita, desapareceu uma direita mais antiquada do CDS, mas que esta nova direita é realmente extremista porque as propostas da Iniciativa Liberal e do Chega se refletem em capitalismo selvagem e chavões muito violentos, respetivamente. |
| Representação mediática dos fenómenos políticos | Coloca a culpa da má representação dos fenómenos nos líderes partidários que não aprofundam suficientemente as questões, mais do que nos media, que apenas reproduzem o que aconteceu. | Acha que a informação nem sempre é suficientemente clara, e que alguns partidos só são falados ou mencionados em momentos de tensão política ou em momentos como as eleições. | Tem a perceção de que por vezes dentro do mesmo meio de comunicação aquilo que vê num canal do meio (por exemplo, na televisão) não corresponde à informação que vem noutro canal do mesmo meio (online, para contraste). Contudo, admite que poderá ser falha na sua interpretação. | Considera que existe uma noção errada de que os media têm a função de informar a sociedade, e que o que acontece na realidade é que o conteúdo é muito opinativo. |
| Tendências de polarização política nos media | Identifica tendências, nomeadamente liga a SIC mais para a direita, a TVI e a RTP1 associa ao Governo, no caso, ao Partido Socialista, e acrescenta que estes | Acredita que haja alguma tendência ou preferência, mas não se apercebe que exista. Admite que não dedica tempo suficiente às notícias para conseguir fazer esse julgamento. | Admite que havendo donos de meios de comunicação social que sejam afetos a certos partidos, possa haver alguma tendência, mas que será sempre mais pelos | Tende a assumir que não existem preferências ideológicas, mas admite que poderá haver alguma pressão sobre a RTP da parte do Governo por ser um meio estatal. Ainda assim não acha que seja o caso, |

A Perceção da Polarização Política dos Media em Portugal

| | | | | |
|--|--|---|---|--|
| | últimos poderão estar motivados pelos subsídios que o Estado tem dado aos meios de comunicação social. | | interesses dos próprios do que por uma questão ideológica. | porque já tem visto todos os meios a criar narrativas diferentes sobre o mesmo evento e nem sempre para o mesmo lado. |
| Influência e consequências da polarização nos media | Acredita que parte do eleitorado poderá deixar-se influenciar pelo que vê nos media, mas que a influência ser positiva ou negativa depende dos momentos, umas vezes será bom e outras mau. | Considera que pode ser positivo quando essa tendência dá voz a quem normalmente seria abafado pelo Bloco Central. | | |
| Isenção dos media em temas de política | Acha que em certos canais se procura a isenção, e dá o exemplo da SIC, apontando que tem normalmente comentadores e entrevistas com pessoas dos vários partidos ou ideologias políticas. | Diz que os meios de comunicação social deviam efetivamente ser isentos, mas que as tais tendências que acredita existirem serão mais fruto de uma falta de vontade na isenção do que uma falha na tentativa pela isenção. | Afirma que em Portugal se pratica muito bom jornalismo, mas que ocasionalmente haverá alguns profissionais que acabam por cair um pouco para um lado ou para o outro. | Acha que o problema da isenção não está ligado aos meios de comunicação social em si, mas à formação e à fiscalização do trabalho dos jornalistas. |

A Perceção da Polarização Política dos Media em Portugal

Anexo E

Análise das Entrevistas (Continuação)

| Tema | João A. | João R. | José | Luís |
|---|---|--|--|---|
| Conceitos de media | Para si, os media são tudo o resultante de comunicação, assuntos relacionados com a sociedade, inclusão na mesma, meios de comunicação social, audiovisuais, escritos, entre outros. | Define os media como televisão, jornais e rádio | Define media como todo o grupo de comunicações: televisão, jornais e ultimamente com as redes sociais também o online. | Define media como todo o conjunto de instrumentos e de meios ligados à comunicação social, desde os mais tradicionais: televisão, rádio, jornais, revistas, e também as novas tecnologias como as redes sociais e tudo o que está ligado aos telemóveis, computadores, etc. |
| Utilização pessoal dos media | Consome essencialmente jornais online e televisão, dando preferência à SIC Notícias e à RTP, já no online é indiferenciado, por sugestão do motor de pesquisa. | Os meios que mais utiliza são os jornais impressos e a televisão, sem preferência por nenhum canal ou jornal em específico. | Utiliza mais os jornais online, com preferência pelo Jornal de Negócios e pelo Expresso. | Utiliza mais a televisão, mas também a rádio e a internet, com preferência pela RTP1, SIC, TVI e os canais específicos de notícias. |
| Identificação de conteúdo de informação política nos media | Dependendo dos momentos, mas regra geral acredita que existirá uma quantidade exagerada de conteúdo para a diversidade que é apresentada. | Considera que existe uma quantidade excessiva de conteúdo sobre temas políticos. | Considera que no Expresso existe bastante informação política, no Jornal de Negócios não, mas diz que compreende que é por ser um jornal de tema específico. | Considera existir uma quantidade grande de conteúdo, mas com muita repetição, mas com falta de diversidade. |
| Diversidade ideológica na Assembleia da República | Acredita que há mais diversidade na Assembleia da República, porque todos os partidos trazem novas vozes e opiniões. | Acha que os novos partidos na Assembleia da República refletem mais diversidade, mas também são fruto de uma onda de votos de protesto. | Não acha que haja necessariamente mais diversidade parlamentar, mas considera antes que talvez exista uma fragmentação dos partidos que já existem. | Nota uma diversidade crescente no parlamento quanto aos partidos mais pequenos, mas com uma predominância do Partido Socialista e do Partido Social Democrata que acabam por se sobrepor. |
| Polarização à esquerda | Acha que haverá necessariamente um afastamento ideológico, mas mais no sentido de afirmar as suas respetivas ideologias e diferenciarem-se dos outros partidos de esquerda, não tanto por uma polarização ou radicalização ideológica, | Não considera que haja um afastamento ideológico à esquerda, nem uma radicalização, considerando que o Bloco de Esquerda em si já é um partido de extrema-esquerda. | Admite que é possível que tenha havido algum afastamento ideológico, mas que poderá também ter sido uma jogada do Partido Socialista, que no passado se aproximou para governar e agora se afastou pelo mesmo fim. Terá sido mais falta de consenso do que polarização ou radicalização. | Acha que existiu algum afastamento ideológico, mas sem chegar a uma polarização ou radicalização. Foi mais uma falta de consenso e um marcar da sua posição. |
| Polarização à direita | Relativamente à direita, não acha que será necessariamente uma polarização à direita, mas sim para partidos que defendem temas populistas, não tanto pelos ideais de direita, porque a maioria das pessoas não conhece a agenda dos partidos, conhece só os temas mais falados. | Considera que a Iniciativa Liberal é uma direita fresca, mas que não existe polarização nesse caso, já no caso do Chega, é da opinião de que surge e cresce dos votos de protesto, mas que não tem ideologia, é um partido populista apenas. | Acha que é possível que exista um afastamento de alguma camada política mais para a direita, como é o caso do Chega, e que isso se reflete provavelmente numa radicalização mais à direita. | Considera o Chega um partido de extrema-direita, que poderá ter ido buscar eleitorado ao PSD e ao CDS. |
| Representação mediática dos fenómenos políticos | Acha que os media tentam na medida do possível transmitir os temas e aprofundar sem exageros. | Não acha que seja apresentada uma representação dos acontecimentos, considera que os meios de comunicação social estão a mando do Governo (seja PS ou PSD) e que por isso só transmitem o que o Governo quer. | Dentro dos programas e leituras que acompanha acha que é suficientemente abordado e até com alguma profundidade, pelo que considera ficar geralmente elucidado sobre as situações. | Não considera que a informação que chega seja suficiente, e que cada meio de comunicação social explica como lhe convém. |
| Tendências de polarização política nos media | Considera que existe efetivamente uma tendência para a polarização nos media, exceto nos debates em que a balança é mais equilibrada. Dá o exemplo de o líder do Chega ter tido mais tempo de antena do que o da Iniciativa Liberal por ter opiniões mais controversas. Menciona ainda a tendência para | Novamente, considera que a tendência será para favorecer o poder governativo, e argumenta a instrumentalização dos meios de comunicação social através da atribuição de subsídios. | Considera que talvez não haja uma tendência clara, mas que indiretamente haverá essa polarização, apresentando mais conteúdo de uma determinada ala política, por exemplo. Associa mais o Correio da Manhã (jornal e televisão) à esquerda, a SIC Notícias | Não lhe parece que haja uma tendência partidária no que toca à televisão, até pelo facto de muitas vezes em debates e eventos estarem presentes jornalistas de vários meios. A nível dos jornais diz não ter um conhecimento suficiente, mas que também acredita que não. |

A Perceção da Polarização Política dos Media em Portugal

| | | | | |
|--|--|---|--|---|
| | favorecer o espetro governamental, mas não sente que haja uma afiliação partidária dos meios de comunicação social. | | e a TVI mais ao centro-direita e a RTP3 mais ao centro, considera que é mais equilibrado. | |
| Influência e consequências da polarização nos media | Identifica a influência que os media têm nas decisões e posicionamento dos partidos políticos, e considera que poderá condicionar um pouco a liberdade de reflexão e pensamento, mas como vai sendo dada a preferência ora a uns ora a outros, acaba por se cancelar e ser uma influência neutra num plano mais geral. | Considera que a influência que a polarização nos media tem é o mais negativa possível, porque as pessoas estão sujeitas a ouvir só o que o Governo quer que elas oiçam. | Pensa que poderá até ter alguma influência positiva, porque leva as pessoas ao diálogo ou pelo menos a manter as pessoas atentas ao que se passa. | |
| Isenção dos media em temas de política | Considera que existe um grande e real esforço que pode ser visto por exemplo nos debates para as legislativas e nos convites para entrevistas de pessoas dos vários partidos. | Não nota qualquer esforço da parte dos meios de comunicação social no sentido da isenção. | Considera que existe o esforço para a isenção, mas por vezes os comentadores ou convidados de entrevista escolhidos acabam por denotar alguma preferência partidária dos meios de comunicação. | Acredita que há isenção profissional da comunicação social, e que transmitem as notícias como elas são. |

Anexo F

Análise das Entrevistas (Continuação)

| Tema | Maria | Mariana | Marta | Sónia |
|---|---|---|---|---|
| Conceitos de media | Considera ser o veículo de comunicação que tem um dever de informação. | Define os media como o meio de comunicação social que transmite à população em geral as informações e ordem do dia. E identifica-os como sendo a televisão, o rádio, a internet... | Para si, para além de serem uma fonte de informação imediata são também uma fonte de entretenimento. | Define os media como os meios de comunicação social, que nos atualizam sobre o contexto mundial, as notícias de última hora, entrevistas, quer a nível político, cultural ou desportivo, entre outros. |
| Utilização pessoal dos media | Utiliza sobretudo a televisão, rádio ouve muito pouco, com preferência para a SIC Notícias e a CNN Portugal, em jornais físicos gosta de ler o Expresso, e por facilidade e disponibilidade no local de trabalho, lê também o Correio da Manhã. | Os meios que usa mais são o online, mas lê o que vai aparecendo, não procura especificamente um site para ler. | O que mais utiliza é sem dúvida a televisão, com preferência pela SIC Notícias, e ocasionalmente a Rádio Observador, embora não tenha por hábito ler o jornal online. | Vê muito pouca televisão, o que vê mais são jornais online através das redes sociais em que segue as páginas dos meios de comunicação social, e por isso acaba por ver o que é sugerido. Só se quiser procurar um tema específico é que procura noutro motor de pesquisa. |
| Identificação de conteúdo de informação política nos media | Considera que há um excesso de conteúdo de informação política especialmente quando há algum evento ou momento de maior importância para a dinâmica política nacional. | Quando existem alguns eventos mais relevantes as coisas são partilhadas, mas fora isso, acha que a informação é sempre muito básica, não há partilha para o público. | Considera que existe uma quantidade excessiva de conteúdo de informação política. | Acha que existe demasiado conteúdo de informação política, as questões são excessivamente debatidas e gasta-se demasiado dinheiro dos contribuintes com esse tipo de conteúdo. |
| Diversidade ideológica na Assembleia da República | Nota maior diversidade, mas também uma grande guerra entre os partidos quando devia haver mais atenção aos interesses dos cidadãos. | Considera que existem novas ideias, mas que acabam por ser ideologias que pegam noutras que já existiam. Acaba por ser mais um desenvolvimento do que uma inovação. | Não acha que a eleição dos 3 deputados em 2019 tenha refletido uma maior diversidade ideológica parlamentar, pela fina franja de deputados eleitos. Crê que depois das eleições de 2022 virá a sentir-se mais. | Não acha que exista propriamente mais diversidade, mas sim uma dispersão, em que acabam por ser novos partidos, mas defendem o mesmo que partidos mais antigos. |
| Polarização à esquerda | Não acha que tenha havido qualquer polarização ou radicalização, na sua opinião o Partido Socialista terá avançado já sabendo que o Orçamento ia ser chumbado, confiante de que ganharia as eleições, e ganhou. | Identifica algum afastamento ideológico entre os partidos e considera que uma parte da esquerda estará a radicalizar-se, não terá sido só uma falta de consenso. | Não considera que tenha havido um afastamento ideológico. Para si, o Partido Socialista estaria cansado de estar sempre condicionado pelos outros partidos da esquerda, e avançou no sentido da sua autonomia. Quando muito os outros partidos (BE, CDU) terão sido obrigados a comprometer-se mais ao centro. Houve uma manutenção e afirmação do que cada partido queria, e o PS saiu vencedor. | Considera que foi falta de consenso. |
| Polarização à direita | Considera que haverá uma certa polarização à direita, muito também devido às guerras internas do Partido Social Democrata e à falta de caras novas e ideias frescas na política nacional. | Quanto à direita, considera que a insatisfação dos cidadãos puxa as pessoas para o extremo oposto, que no caso é à direita, por isso sim, considera que existe alguma radicalização ou polarização à direita. | Identifica uma polarização à direita, no sentido em que os partidos representam coisas diferentes. | Não considera que haja radicalização ou polarização, mas sim um descontentamento das pessoas nos últimos governos, acabando por fugir para partidos mais pequenos. |
| Representação mediática dos fenómenos políticos | Não considera que sejamos suficientemente informados. Fica-se só com a ideia que aconteceu qualquer coisa e nunca sabemos bem o quê. | Considera que os factos são apresentados, mas não desenvolvidos. As pessoas para formarem uma opinião têm que ir procurar mais. | Não acha que os factos sejam bem representados nos media e acredita que isso até tenta ser ocultado com convites a comentadores de diferentes ideologias, mas quem acaba por estar sempre representado é o Bloco Central, um convite de um partido à direita ou à esquerda não é suficiente para equilibrar a balança do que ouvimos todos os dias. | Acha que a representação dos temas políticos é esclarecedora e por vezes até excessivamente falada. |
| Tendências de polarização política nos media | Considera que há mais tendência para querer ser o primeiro a dar a notícia e para focar num só tema, mas não para se afiliar com cores partidárias. | Acredita que possam facilmente existir tendências, mas que serão mais ligadas ao | Crê que existe realmente uma tendência partidária. Identifica, nomeadamente, a SIC com o PSD, a RTP com o ramo governamental, no caso, o PS, e a TVI | Não acha que exista uma preferência partidária, embora por vezes alguns jornalistas possam dar a sensação de que têm uma preferência em entrevista |

A Perceção da Polarização Política dos Media em Portugal

| | | | | |
|--|---|---|---|---|
| | | público-alvo e não tanto a uma afiliação partidária. | acaba por ser mais equilibrada, mas sempre pelo Bloco Central. | ou debate, mas está relacionado com o indivíduo e não com o meio de comunicação social. |
| Influência e consequências da polarização nos media | Não está segura na resposta, mas acha que influenciará, como nas autárquicas, por exemplo, em que todos achavam que Fernando Medina ia ser eleito para a Câmara Municipal de Lisboa, a comunicação social já dava a vitória por certa e na sua opinião isso levou ao desleixo dos apoiantes do antigo Presidente da Câmara de Lisboa. | Acha que essa influência pode ser boa ou má, dependendo da situação, porque se por um lado todos devemos ter acesso à informação, alguns meios têm um alcance maior e, portanto, o tipo de informação que passa terá mais influência. O negativo virá mais da discrepância entre o alcance do conteúdo. | Considera estas tendências políticas negativas porque muitas vezes acabam a ter o efeito inverso. Por exemplo, ao criticar o André Ventura, os media acabaram por lhe dar popularidade. | Depende da fase em que se vive a influência que os media têm, neste momento como estamos numa fase de crise e as pessoas estão descontentes, o que passa nos meios de comunicação social acaba por influenciar mais o que se pensa. |
| Isenção dos media em temas de política | Acha que não há isenção e que a comunicação social já está a falhar há muito tempo. Sente que há esforço para ser o primeiro a dar a notícia e pouco esforço para informar bem. | Não sabe dizer em concreto, considera que os partidos mais antigos acabam por ter um maior foco e nesse sentido poderá faltar alguma imparcialidade. | Não considera que haja imparcialidade nos media, mas sim uma propensão à opinião e menos para a informação. | Considera que os jornalistas fazem muito bem o trabalho deles, embora tenham que explorar o mais que podem as pessoas que representam os partidos e as duas ideias, não há uma preferência, é equilibrado. |

Anexo G

Influência do perfil sociodemográfico na identificação de fenómenos de polarização

| | | Até ao 12º Ano | | | | | Ensino Superior | | | | |
|---|----------|------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------------|-------------------|------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------------|-------------------|
| | | Polarização à esquerda | Polarização à direita | Polarização nos media | Impacto na dinâmica política | Isenção nos media | Polarização à esquerda | Polarização à direita | Polarização nos media | Impacto na dinâmica política | Isenção nos media |
| Maiores de idade a 25 de Abril de 1974 | Custódia | N | S | S | - | S | | | | | |
| | Fernando | N | NC | N | NC | S | | | | | |
| | Maria | | | | | | N | S | N | NC | N |
| | José | | | | | | NC | S | S | + | S |
| Menores de idade a 25 de Abril de 1974 | João R. | N | NC | S | - | N | | | | | |
| | Elsa | N | NC | N | + | N | | | | | |
| | Ana | | | | | | N | S | S | / | S |
| | Luís | | | | | | N | S | N | NC | S |
| Nascidos entre 25 de Abril e o final de 1989 | André | N | N | S | - | N | | | | | |
| | Sónia | NC | N | N | NC | S | | | | | |
| | Célia | | | | | | N | S | S | NC | S |
| | João A. | | | | | | N | N | S | / | S |
| Nascidos entre 1990 e 2003 | Marta | N | S | S | - | N | | | | | |
| | Ângelo | N | S | NC | - | N | | | | | |
| | Mariana | | | | | | S | S | N | NC | N |
| | Gabriel | | | | | | N | S | N | NC | N |

Legenda:

NC Não conclusivo N Não S Sim + Positivo - Negativo / Neutro